



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE PENEDO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E CULTURAL

REGINALDO PACHECO DE CASTRO

Os desafios da Soberania Alimentar e Nutricional na incorporação de novas tecnologias e análise do Programa de Reforma Agrária e Popular do MST: o assentamento Normandia Caruaru-PE.

PENEDO-AL, 2025

Os desafios da Soberania Alimentar e Nutricional na incorporação de novas tecnologias e análise do Programa de Reforma Agrária Popular do MST: o assentamento Normandia Caruaru-PE. Pesquisa apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Cultural do Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo, como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
Orientador: Prof. Carlos Marcelo Macel Gomes



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Penedo
Biblioteca Osineide Cavalcante

333.34
C355d

Castro, Reginaldo Pacheco de.

Os desafios da soberania alimentar e nutricional na incorporação de novas tecnologias e análise do Programa de Reforma Agrária e Popular do MST: o assentamento Normandia Caruaru-PE / Reginaldo Pacheco de Castro. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 738 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Carlos Marcelo Maciel Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental e Cultural) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Penedo*, Penedo, 2025.

1. Reforma agrária. 2. MST. 3. Soberania alimentar. I. Gomes, Carlos Marcelo Maciel. II. Título.

Maria Luzia Alexandre de Oliveira
Bibliotecária - CRB-4/2159


REGINALDO PACHECO DE CASTRO

Os desafios da Soberania Alimentar e Nutricional na incorporação de novas tecnologias e análise do Programa de Reforma Agrária Popular do MST: o assentamento Normandia Caruaru-PE.


Trabalho de Pesquisa apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Cultural do Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo, como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

APROVADO EM 24/11/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MARCELO MACIEL GOMES**
Data: 25/02/2026 16:13:38-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Me. Carlos Marcelo Maciel Gomes (IFAL)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ABREU DE FRANÇA**
Data: 16/02/2026 09:04:01-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Abreu de França (IFAL)

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO HENRIQUE FONTES DE HOLANDA**
Data: 25/02/2026 15:09:37-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Henrique Fontes de Holanda (IFS)

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Carlos Marcelo Maciel Gomes, pelos esforços e dedicação em transferir seus conhecimentos em relação à crítica ao Capitalismo.

Ao Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo-AL – Pelo seu compromisso com a Ciência e Tecnologia, em proporcionar-me o título de especialista em Educação Ambiental e Cultural.

Ao assentamento Normandia em Caruaru-PE,

Ao Centro de Formação Paulo Freire, ambos por ter sido o campo empírico para a realização dessa pesquisa.

Aos demais trabalhadores/as militantes do MST em defesa da causa, agroecologia e soberania alimentar.

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”. (Bertolt Brecht).

RESUMO

A pesquisa analisa os desafios inseridos no contexto social e filosófico das contradições da acumulação do capital, decorrente da propriedade privada. O estudo aborda os desafios da Soberania Alimentar e Nutricional na incorporação de novas tecnologias e realiza uma análise do Programa de Reforma Agrária e Popular do MST: o assentamento Normandia Caruaru-PE. O objetivo consiste em caracterizar o processo de inovação tecnológica e suas contribuições para a agricultura e agroecologia. A agroecologia é apresentada como forma de mudar a prática ambiental. Evidencia-se que a cooperação agrícola é uma política fortalecida com destaque para as Cooperativas de Produção Agropecuária, visa avançar na produção, comercialização de alimentos saudáveis. Por último, é tratada a assistência técnica para a preservação do solo, na área da formação e capacitação na busca de políticas públicas que fortaleçam a organização do MST.

Palavras-chave

Reforma Agrária; Cooperação Agrícola; MST; Agroecologia; Soberania Alimentar

ABSTRACT

This research analyzes the challenges embedded in the social and philosophical context of the contradictions of capital accumulation resulting from private property. The study addresses the challenges of Food and Nutritional Sovereignty in the incorporation of new technologies and provides an analysis of the MST's Popular and Agrarian Reform Program: the Normandia settlement in Caruaru-PE. The objective is to characterize the process of technological innovation and its contributions to agriculture and agroecology. Agroecology is presented as a way to change environmental practices. It is evident that agricultural cooperation is a strengthened policy, particularly highlighting Agricultural Production Cooperatives, aimed at advancing the production and marketing of healthy foods. Lastly, technical assistance for soil preservation is discussed, focusing on training and capacity building in pursuit of public policies that strengthen the organization of the MST.

Keywords: Agrarian Reform; Agricultural Cooperation; MST; Agroecology; Food Sovereignty

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Objetivos.....	12
2.1. Objetivos Geral.....	12
2.2. Objetivos Específicos.....	12
3. Metodologias.....	12
4. Problematização.....	13
5. Hipótese.....	14
6. Justificativa.....	14
7. Contextualização da Problemática do Campo Brasileiro.....	19
8. A compreensão da Reforma Agrária Popular do MST.....	22
9. A Reforma Agrária: disputa entre três modelos de Agricultura capitalista.....	26
10. Questão ambiental: crise a relação sociedade e natureza.....	29
11. O MST: a luta em prol do agroecologia.....	33
12. A cooperação agrícola o cooperativismo e as novas tecnologias.....	34
13. A contextualização do Movimento dos Sem Terra (MST).....	37
14. Histórico do MST/PE.....	40
15. Histórica do Assentamento Normandia.....	43
16. Centro de Formação Paulo Freire.....	45
17. As sementes crioulas como base da agricultura.....	47
18. O Estado, política agrícola a serviço do povo.....	50
19. Considerações finais.....	52
20. Referências Bibliográficas.....	54

1. Introdução

Um aspecto inquietante ronda o mundo em todas as sociedades existentes até hoje: o aspecto da fome resultado direto das profundas desigualdades sociais e da concentração de renda. Nesse contexto, socioeconômico e filosófico esta pesquisa tem como propósito fomentar uma reflexão crítica acerca das contradições que permeiam o acúmulo de capital sobre a estrutura da propriedade privada. Além disso, em contraposição à lógica exploratória que incide sobre a natureza e as riquezas dos territórios evidencia-se o comprometimento da soberania alimentar, que deveria estar assegurada como um direito fundamental a todos os povos. Entretanto, ao abordar o processo de acumulação capitalista, é fundamental aprofundar a análise a partir de dois eixos filosóficos centrais: a análise do mundo do trabalho em sua dimensão ontológica envolve compreender suas inter-relações com as tensões entre capital, natureza e os desdobramentos produtivos em especial a geração de alimentos. Diante desse cenário, torna-se evidente compreender as consequências decorrentes do rompimento do metabolismo entre o ser humano e a natureza provocada pela lógica de expansão contínua do capital.

Por outro lado, essa ruptura por sua vez, evidencia as contradições estruturais do sistema capitalista e reafirma a urgência de se pensar em modelos de sustentabilidade e soberania alimentar que sejam capazes de enfrentar tais conflitos e propor caminhos alternativos sustentáveis e viáveis. Essas ações refletem a estrutura fundiária brasileira, caracterizada pela concentração de terra e renda que exclui grande parte da população do acesso a terra e a uma alimentação saudável e aos bens essenciais a segurança social e econômica. Essa situação estabelece uma conexão direta com a segurança alimentar nutricional e a soberania do território, especialmente quando analisada no âmbito dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, a dimensão humana se expressa por meio de reivindicações que se projetam no curto, médio e longo prazo articulando aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais, filosóficos, históricos, culturais, de gênero e ambientais.

Por esse motivo, é importante ressaltar as habilidades do sujeito como agente transformador capaz de transcender a luta de classes em seu cotidiano na busca por políticas públicas. Essa atuação se manifesta no enfrentamento das relações de poder institucional do Estado. Esse aparato judicial exerce controle não apenas sobre os meios bélico-militares mas também sobre outros instrumentos de dominação ideológica, com o resurgimento do nacionalismo de extrema direita, fundamentado pela religião através das

ideologias neofascistas, as escolas formais militares e a defesa pela propriedade privada dos meios de produção, o controle da tecnologia e os dispositivos da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e pelo controle da propriedade intelectual. Tudo isso atua em favor do domínio da apropriação da natureza do controle de dados e conhecimentos tecnológicos apropriação da riqueza sobre o controle do território. No entanto, para alcançar esses objetivos tanto imediatos quanto de longo prazo é necessário compreender as concepções de visão de mundo através da formulação das teorias e das práticas que o MST, construiu ao longo dos anos para manter a conquista dos territórios na construção da luta pela a Reforma Agrária Popular.

Para compreender com maior clareza o processo de interação entre o ser humano e a natureza torna-se essencial reconhecer a terra não apenas como instrumento de poder mas também como meio de produção de riquezas na extração na produção e no processamento de alimentos que sustentam toda a sociedade. Para que as linhas políticas sejam efetivamente implementadas é necessário passar por um processo de socialização o qual se dá principalmente por meio de uma política voltada para a distribuição de renda e de uma verdadeira Reforma Agrária.

Vale ressaltar a relevância da pesquisa intitulado: “os desafios da Soberania Alimentar e Nutricional na incorporação de novas tecnologias na análise do Programa de Reforma Agrária Popular do MST: o assentamento Normandia, Caruaru-PE”. Tal iniciativa é importante por buscar concepções e práticas sustentáveis que revejam mecanismos de adaptação e mitigação, que visam à promoção de uma alimentação saudável como um direito humano fundamental, conforme estabelece a Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006.

De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a segurança alimentar e nutricional é considerada um direito humano essencial. Esse reconhecimento representa um avanço significativo no combate à fome e à desnutrição no Brasil, ao passo que garante ao cidadão o direito de exigir do Estado ações corretivas sempre que esse direito for violado (BRASIL, 2006, p. 3).

Para que esse direito alcance efetivamente toda a sociedade e assegure ao povo o poder de decidir livremente sobre o que produzir e consumir, com base no princípio da soberania alimentar, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), conforme previsto na mesma legislação (Lei nº 11.346/2006, p. 3). Além

disso, torna-se imprescindível a existência de um sistema que viabilize a formulação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, com diretrizes e metas claras.

Desse modo, é possível garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham acesso as informações relevantes e desenvolvam consciência crítica sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida com uma alimentação saudável e que esses princípios não estejam apenas baseados em uma relação de conflitos as relações de produção, terra, clima e natureza. Mas extremamente na convivência entre produção natureza.

Para concluir, é importante estabelecer novas formas de incorporar tecnologias que sejam apropriadas ao sistema de produção agroecológico. Essas tecnologias devem ser concebidas para trabalhar em sintonia com a natureza, visando assegurar todos os elementos vitais para a produção de alimentos saudáveis. Sua implementação deve englobar o manejo do solo, a recuperação de matas nativas e ciliares através do plantio de árvores e ao mesmo tempo, buscar a integração com o aumento da produção. O objetivo final é duplo: diminuir os altos custos tecnológicos e garantir o bem-estar dos trabalhadores na gestão dessas inovações.

2. Objetivos:

2.1 Objetivo Geral

Identificar os principais desafios no Assentamento Normandia na incorporação de novas tecnologias e suas contribuições para a soberania alimentar nutricional e agroecológica, sob a análise do Programa de Reforma Agrária Popular do MST.

2.2 Objetivos Específicos.

Analisar o papel do MST na luta pela Reforma Agrária Popular;

Identificar as tecnologias disponíveis e utilizadas na produção agroecológica;

Avaliar os impactos do uso ou não das tecnologias na segurança alimentar.

3. Metodologia

Esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com base em um estudo de caso realizado no Assentamento Normandia, localizado no município de Caruaru-PE, com o objetivo de compreender de que forma as relações de produção e as novas tecnologias impactam a soberania alimentar e a questão agroecológica sob a ótica do Programa de Reforma Agrária e Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Inicialmente será desenvolvida na análise das teorias construídas pelo MST e sua relevância para a sua base assentada e para a sociedade através de uma revisão bibliográfica e documental. Será feito um levantamento teórico e documental em fontes

acadêmicas (artigos científicos, livros, teses etc.) e em materiais produzidos pelo próprio MST, cartilhas, livros, documentos dentre outros, além de relatórios de instituições como: (FAO, IBGE etc.). O foco principal recairá sobre os seguintes eixos temáticos, enfatizando a identificação das formulações teóricas do MST:

A Gênese e a formação do MST: Análise das práticas e princípios, território, lugar que configuram um conhecimento para romper com o modelo contra-hegemônico ao agronegócio. Soberania Alimentar, Nutricional e Agroecológica: Investigação da concepção do MST sobre o tema e como essa perspectiva se traduz em um projeto de sociedade que questiona o modelo tecnológico e de produção, propondo uma alternativa que contribua para a distribuição de alimentos saudáveis.

Políticas Públicas e a Luta pela Reforma Agrária Popular: estudo das contradições do Estado nas políticas agrárias e a análise do Programa Agrário do MST visto não apenas como demanda, mas como um corpo teórico-político que propõe uma nova relação entre campo, cidade, trabalhadores e Estado.

O MST como Sujeito de Elaboração Teórica e de Conhecimento: análise de textos, cartilhas e documentos de formação que explicitam a pedagogia, mística e princípios de organização como um sujeito produtor de ciência e teorias sociais, que transforma e rompe com os paradigmas, pois o conhecimento é um direito de todos necessário para a mudança da prática social.

Por último, foram analisadas as informações relevantes acerca das atividades teóricas desenvolvidas no Centro de Formação Paulo Freire, no Assentamento Normandia, com o objetivo de fazer uma análise no crescimento na área da formação de lideranças no campo da cooperação agrícola e agroecologia, que possibilitem a compreensão do processo produtivo diretamente no território. Em seguida, a pesquisa será complementada por meio de informações adicionais, cujo tratamento ocorrerá de forma qualitativa. Tal abordagem visa estabelecer uma aproximação entre o Assentamento Normandia e o processo de formação da identidade coletiva, bem como do sentimento de pertencimento coletivo.

4. Problematização

Quais os principais desafios enfrentados pelo Assentamento Normandia – Caruaru/PE, sob a ótica do MST, para incorporar novas tecnologias que contribuem com a soberania e alimentar e nutricional?

5. Hipótese

A ausência de tecnologias sociais adequadas compreendidas como um conjunto de instrumentos e inovações capazes de aprimorar as condições de vida dos trabalhadores e sustentar o pleno fortalecimento da soberania alimentar e ambiental no Assentamento Normandia. Essa limitação ocorre apesar dos esforços contínuos do MST em promover e implementar as práticas agroecológicas no âmbito do seu Programa de Reforma Agrária Popular.

6. Justificativa

A presente pesquisa tem como finalidade apresentar os desafios enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir da experiência do assentamento Normandia, localizado em Caruaru-PE. Tem como base alcançar e inspirar outros acampamentos e assentamentos tanto locais quanto regionais. Busca-se, assim, estimular uma reflexão crítica e promover conexões em torno da mudança de hábitos e práticas relacionadas à produção e à distribuição de alimentos, de modo a garantir a segurança, soberania alimentar e nutricional. Para isso, propõe-se o fortalecimento e a aplicação de novas tecnologias voltadas à inovação nas atividades agroecológicas.

Além disso, o fortalecimento do sistema de cooperação agrícola contribuirá para a diversificação de práticas culturais voltadas à recuperação de habitats naturais à produção de alimentos na pesquisa inserir novas tecnologias que ampliem a vida útil dos produtos e contribuem para atender e facilitar a mão de obra dos assentados. Essas novas tecnologias fortalecerá ações na recuperação dos ecossistemas bem como a recuperação de áreas degradadas, como os solos das regiões semiáridas a exemplo dos biomas como a Caatinga e Mata Atlântica.

Por outro lado, esse processo de integração estende-se ao Centro de Formação Paulo Freire, entidade responsável pela organização, formação e capacitação de públicos voltados a luta pela Reforma Agrária à formação de lideranças da sociedade civil e ao desenvolvimento integral dos militantes do MST/PE.

Destacam-se, nesse contexto, os acampados e assentados(as), assim como representantes da sociedade civil organizada como entidades autarquias, instituições de ensino superior (IES) e de órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal que utilizam o Centro de Formação Paulo Freire como espaço para a realização de atividades de formação bem como na capacitação política, técnica e agroecológica.

Ademais, essa prática contribui significativamente para a transformação do modo

de vida na retomada da consciência ambiental e agroecológica que se contrapõe aos padrões capitalistas de consumismo. Por outro lado, busca-se superar conflitos interpessoais e de classe social relacionados ao uso indiscriminado da natureza.

Dessa forma, esse processo fomenta uma mudança nos padrões da cultura de consumo ao mesmo tempo em que incentiva o surgimento de uma nova mentalidade baseada na cosmovivência promover uma relação mais equilibrada e consciente com o espaço habitado. Nesse contexto, é importante compreender que a percepção de mundo está intrinsecamente ligada à cultura.

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável, em seus casos extremos, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. (LARAIA, 2001, p.4).

Essa perspectiva reforça a necessidade de promover a diversidade cultural e a conscientização socioambiental romper com as visões etnocêntricas e incentivar práticas ambientais corretas no uso e na ocupação dos territórios. No entanto, com o advento da Revolução Verde na década de 1970 e o consequente avanço da tecnologia no meio rural com destaque para a agropecuária e a agroindústria somado ao crescimento populacional nas cidades intensificou-se o consumo de alimentos voltados à grande indústria priorizando o abastecimento dos mercados e dos grandes centros urbanos consumidores.

Novaes (2025) discute o avanço das forças destrutivas no campo, questionando se, na agroindústria, "o obscurecimento da dominação no campo se dá no contexto da chamada revolução verde ou seria golpe verde?" (Novaes, 2025, p. 59). Para melhor contextualizar essa afirmação, o cenário da época é ilustrado por Guterres (2018, p. 59, apud Novaes, 2025, p. 59): "os transgênicos geraram euforia na década de 1970-1980, quando pequenos agricultores enfeitiçados pelas mil maravilhas do 'ouro verde', começaram a substituir até o pomar e a horta para tentar ganhar dinheiro". Com essas promessas falsas e em acreditar em fábulas os pequenos agricultores perderam suas terras em nome da chamada revolução verde. E o agronegócio começa usar o agrotóxico nas plantações e monoculturas em todas as regiões de fronteiras agrícolas. Podemos destacar o processo do êxodo rural, com uma migração para a região centro sul ocupando espaços nos centros urbanos e nas periferias das cidades brasileiras.

Este estudo tem como resultado promover uma reflexão sobre o comportamento humano e sua conexão com as ações da educação não formal, especialmente no contexto dos movimentos sociais especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST). Nessa perspectiva, a dimensão humana se manifesta por meio de reivindicações que se estendem do curto ao longo prazo com destaque para aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais, filosóficos, históricos, culturais, de gênero e ambientais. Segundo Gohn (2006, p. 28):

a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades [...].

Por esse motivo, é importante ressaltar as habilidades e potencialidades do sujeito como agente transformador na educação não formal capaz de transcender a luta de classes em seu cotidiano na busca por políticas públicas. Essa atuação se manifesta no enfrentamento das relações de poder institucional do Estado que controla os aparatos bélicos-militares e outros instrumentos de dominação ideológica tais como a religião as ideologias neofascistas, as escolas formais, a propriedade privada, os meios de produção, a tecnologia e os dispositivos artificiais de comunicação social. Tudo isso atua em favor do domínio e da apropriação das riquezas e dos recursos naturais de um território.

Para alcançar esses objetivos, tanto imediatos quanto de longo prazo, é necessário manter acesa a chama da esperança e do sonho por um mundo melhor. Esse processo de educação não formal está diretamente ligado à compreensão do meio em que o sujeito se insere e se relaciona. Nesse sentido, Gohn (2006, p. 28) afirma: “[...] a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica”.

Para melhor compreender o processo de interação entre o ser humano e a natureza é necessário considerar a terra como instrumento de poder e ao mesmo tempo como meio de produção de riquezas por meio da extração e da produção processamento de alimentos destinados a toda a sociedade. Para que esses atributos sejam alcançados é preciso passar por um processo de socialização que ocorre por meio da educação informal. Essa forma de educação, conforme Gohn (2006, p. 28), refere-se àquela em que:

[...] os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.(GOHN 2006, p.28).

Tais desafios estão diretamente relacionados aos movimentos sociais especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sua atuação é fundamental no combate à fome e à miséria. A pesquisa desenvolvida com base em análise das experiências vivenciadas nas práticas no campo da produção agroecológica, gerou um resultado positivo cujo objetivo foi identificar ações concretas que fortaleçam a agricultura orgânica e a exigência de políticas públicas em relação ao Estado brasileiro para fortalecer essas demandas já relatadas. De acordo com o Programa de Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “a produção de alimentos saudáveis para os assentamentos, comunidades, região e toda a população brasileira precisa praticar uma agricultura diversa, combater os agrotóxicos e massificar a agroecologia” (MST 2025, p. 44).

Busca-se, desse modo, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral e de maneira especial das famílias assentadas pela Reforma Agrária mediante o fortalecimento da produção agroecológica e da soberania alimentar. Por esse motivo, tais políticas distinguem-se por incentivar transformações nos comportamentos sociais abrangendo o campo da cultura da vida comunitária e da geração de renda ao articularem dimensões econômicas e ambientais. Nesse processo, estabelecem-se vínculos entre a pesquisa científica e os desafios da convivência marcada por conflitos orientados a construção de uma relação de equilíbrio com a natureza e consequentemente de promoção da agroecologia.

É por esse motivo, ao gerenciar os conflitos existentes percebe-se que a segurança alimentar esta assegurada na Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), considera a segurança alimentar e nutricional um direito humano essencial. Isso representa um avanço importante no combate à fome e à desnutrição no Brasil ao mesmo tempo que garante ao cidadão o direito de exigir do Estado ações corretivas quando esse direito for violado (BRASIL, 2006, p. 3).

De acordo com o (MST 2025), é fundamental destacar e propor uma mudança conceitual em relação à "segurança alimentar", tal como estabelecido pela (Lei nº 11.346/2006). Argumenta-se que o conceito de "soberania alimentar" transcende a segurança alimentar, pois estabelece um contraponto de forças capaz de garantir políticas públicas que caminhem em conjunto com a soberania. Isso se justifica porque a soberania alimentar envolve o território e assegura o direito das pessoas de escolherem de forma

soberana e saudável os alimentos que desejam consumir, visa à melhoria da qualidade de vida tanto no campo quanto na cidade.

Podemos perceber que o processo de organização da formação e da educação envolve relações sociais e enfrenta o desafio de compreender as adversidades coletivas no contexto individual. Ao romper com atitudes e posições individuais, promovem-se novas formas de comportamento e incorpora-se novas culturas à abordagem educacional, o que favorece o avanço no campo da investigação científica e contribui para o crescimento da diversidade cultural e ambiental. Conclui, Gohn (2006, p. 30).

A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo. (GOHN, 2006, p. 30).

Portanto, nas sociedades existentes os conflitos sociais são intensificados pela ausência de políticas públicas a falta de Reforma Agrária eficazes para uma distribuição justa da terra e de alimentos. Isso gera um abismo entre a riqueza concentrada nas mãos daqueles que controlam os meios de produção e de outro lado, a crescente desigualdade presente na sociedade atual.

Para enfrentar os desafios das novas tecnologias e promover uma alimentação saudável e nutritiva é necessário de acordo com o (MST 2025, p. 45), “[...] dominar tecnologias de energias ambientalmente e socialmente justas além de ampliar a agroindustrialização para beneficiar os alimentos de forma saudável e garantir para as populações que vivem nas cidades.” Por fim, para enfrentar o capital das grandes corporações e combater a ideologia do individualismo e da meritocracia é fundamental desenvolver novas práticas de produção baseadas nos princípios da solidariedade e da cooperação internacional.

É importante destacar que o Assentamento Normandia é constituído de uma área coletiva e resultado de um processo de luta social que se estende por mais de três décadas, desempenha papel central no fortalecimento da identidade coletiva da autoestima e da organização política dos sujeitos envolvidos. Essa experiência concreta se materializa em outras regiões e em outros assentamentos por meio da produção agrícola diversificada no destaque para a produção de grãos como o milho, tubérculos, mandioca, macaxeira, batata-doce, inhame e cará, frutas, hortaliças, mel, peixes e ervas medicinais, evidencia a riqueza produtiva dos assentamentos.

Nesse contexto, o MST em Pernambuco promove as primeiras práticas de agroecologia socioambiental articula estudos e estratégias voltadas à eliminação e ao combate do uso de agrotóxicos e à consolidação de sistemas de produção orgânica livre de transgênicos. Dessa forma, o assentamento configura-se não apenas como espaço de produção de alimentos, mas também como lugares de construção coletiva de saberes organização social e resistência reforçam a importância da cooperação e da autonomia no processo de desenvolvimento rural. Paralelamente, estimula a criação de animais de pequeno porte notadamente no âmbito da ovinocaprinocultura assim como a avicultura caipira caracterizada pelo manejo de galinhas criadas soltas. Por isso, destaca-se a produção de leite proveniente da criação de vacas leiteiras para a produção de doces e queijos cuja finalidade primordial consiste em assegurar o abastecimento alimentar da comunidade assentada.

7. Contextualização da problemática do campo Brasileiro

Para compreender a luta pela reforma agrária e o processo de produção de alimentos é necessário contextualizar a formação do MST é fundamental retomar a relação entre os povos originários que viveram por milhares de anos em profunda relação com a terra. Esses povos estabeleceram uma conexão territorial que foi essencial para a construção de suas culturas e identidades. Nesse sentido, a herança deixada por eles representa um legado de resistência e servem de exemplo para a continuidade da luta em prol da Reforma Agrária no Brasil neste contexto é importante salientar que:

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa deste território no século XVI. Combinada com a monocultura para a exportação e a escravidão a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje. (MST, 2010, p. 8a).

Dessa forma, o território brasileiro foi construído com base na mão de obra escrava por pessoas trazidas à força da África. Segundo o (MST 2010, p. 8b), “o capitalismo europeu impôs o modelo de plantation como forma de produção de mercadorias que seriam exportadas para a Europa”. Além disso, as terras devolutas representavam “um modelo baseado na concessão por parte da Coroa portuguesa do uso de enormes extensões de terras [...] para produzir mercadoria para exportação como café, cacau, algodão, açúcar, pimenta e couro”, (MST, 2010, p. 8b). Posteriormente, outro fator relevante a ser observado no período do Império foi à promulgação da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, que instituiu a propriedade privada da terra. Essa legislação legalizou a compra e venda de

terras pelos grandes fazendeiros e ao mesmo tempo impediu que trabalhadores e trabalhadoras escravizadas ao serem libertos tivessem acesso a terra. Nesse sentido, o (MST, 2025, p. 9) destaca:

Em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o Império decretou a lei conhecida como Lei de Terras, que consolidou a perversa concentração fundiária. É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos.” (MST, 2025, p. 9).

Do mesmo modo, para suprir essa lacuna é imprescindível compreender o processo histórico que determinou os fluxos migratórios para o Brasil. Com a mudança no modelo de exploração e a negação do acesso à terra aos trabalhadores negros o país passou a adotar uma política de embranquecimento. Em contrapartida, como salienta o (MST 2025, p. 9b): “[...] levaram a burguesia proprietária, com o apoio do Estado brasileiro, a buscar camponeses pobres de alguns países da Europa. Entre 1875 e 1930, migraram para o Brasil cerca de 3,6 milhões de famílias de camponeses”. No entanto, “[...] somados aos caboclos, trabalhadores livres às margens dos latifúndios, indígenas, negras e negras ex-escravizados e quilombolas, formaram uma classe social: os camponeses.” (MST, 2025, p. 9c).

Ademais, é importante destacar que “estes movimentos de camponeses pobres eram chamados de ‘Messiânicos’ porque tinham líderes religiosos que os guiavam na luta pela terra prometida” (MST, 2025, p. 9d). Por essa razão a identidade herdada a partir desses aspectos religiosos e dessa resistência dos sem-terra que mesmo em situação de vulnerabilidade se organizavam em comunidades foi marcada por constantes perseguições e enfrentamentos promovidos pelas ordens dos governos vigentes. (MST, 2025).

Diante desse processo de lutas, nasceram filhos e filhas forjados na rebeldia e na resistência. De acordo com o (MST 2025 p. 23): “Tanto em Canudos quanto em Caldeirão, as comunidades formadas por esses movimentos eram caracterizadas pela produção e distribuição coletiva com base em uma divisão do trabalho autônoma e na prática da ajuda mútua”. Além disso, “[...] propunham modelos de sociedade sem propriedade privada e livre da exploração do trabalho”. Por esse motivo, “e justamente por representarem o exemplo concreto de outra forma possível de organizar a sociedade essas comunidades foram duramente combatidas pelos governos de suas respectivas épocas e por fim, exterminadas”. Conforme destaca o (MST 2025, p. 23).

Dessa forma, salienta Fernandes (2012, p. 14) “o MST é a continuação de 500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio. É uma história camponesa,

de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade”. Nesse sentido, sua vivência de organização disciplina e sentimento de pertencimento contribuem significativamente para a construção de “experiências de organização do trabalho e da produção procurando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e à expropriação” (FERNANDES, 2012, p. 14).

Contudo, é fundamental retomar o processo histórico da luta da classe trabalhadora para compreender as contradições e os desafios enfrentados ao longo do tempo pelos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela Reforma Agrária. Por esse motivo, tornam-se essencial fortalecer o compromisso com a construção da identidade coletiva e com o sentimento de pertencimento em relação à luta pela terra aspectos que se expressam diretamente na organização do MST. Essa perspectiva é refletida na definição do programa agrário do movimento, que incorpora uma palavra de ordem capaz de dar sustentação política e ideológica à sua trajetória de enfrentamento. Como destaca Stedile (2012, p. 55):

Neste contexto histórico, destaca-se o ano de 1989 foi de efervescência política. [...] Definimos a palavra de ordem ‘Ocupar, resistir e produzir’. ‘Ocupar, resistir e produzir’ fortaleceu o sentido de que tínhamos de gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura. Paralelamente, havia essa vontade política de eleger o Lula, ajudar a mudar o Brasil. (STEDILE, 2012, p. 55).

Portanto, a palavra de ordem “ocupar, resistir, produzir” surge como resposta à conjuntura nacional daquele período marcada pela realização da primeira eleição direta para presidente, que resultou na vitória de Fernando Collor. Seu governo intensificou a repressão contra a luta dos trabalhadores e dois anos depois foi interrompido por um processo de impeachment por corrupção. Ademais, sua importância se deu pelo avanço na organicidade do MST ao adotar a tática de “recuperar o argumento de que a reforma agrária somente avançaria com lutas de massa com mobilizações massivas com ocupações, com luta direta com a ação das massas”. (FERNANDES, 1998, p. 38).

No entanto, esses conflitos não se limitam ao âmbito interno ainda segundo Fernandes (2006, p. 200), “esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado”, e o território está diretamente relacionado às formas de uso e às territorialidades compreenderem essa dinâmica de poder exige analisar as relações sociais de produção e os processos materiais e imateriais que envolvem símbolos de dominação. Para o autor, “o território imaterial está presente em todas as ordens de territórios [...] relacionado com o controle, o domínio sobre

o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2006, p. 201).

Para fortalecer a luta pela Reforma Agrária e enfrentar a repressão do Estado burguês, é fundamental combater o individualismo, promover práticas coletivas e respeitar as decisões internas e as instâncias organizativas do MST. Como destaca Stedile (2012, p. 43), “a disciplina é essencial para a construção democrática da organização. Além disso, o estudo contínuo é um dos princípios centrais na formação da identidade e no crescimento político-ideológico dos militantes”. Nesse sentido, Stedile (2012, p. 44) chama a atenção ao afirmar:

O estudo é outro princípio que aprendemos e procuramos aplicá-lo da melhor forma possível. Se tu não aprenderes, não basta à luta ser justa. Se não estudares, consequentemente nem tu nem a organização irão longe. O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo. Senão vai errar. Na luta social é a mesma coisa: tem de estudar. Isso nos disse todos os líderes com quem conversamos e que possuem uma experiência histórica de lutas. (STEDILE, 2012, p. 44).

É importante na luta social ter parcerias para poder melhorar o processo de formação e integração entre as articulações com a sociedade. Dessa maneira, as práticas culturais desempenham papel central na formação da identidade coletiva do MST no reforçam ao sentimento de pertencimento e a consciência social dos sem-terra. Estas experiências estão herdadas de outras organizações através de vozes como a de Dom Tomás Balduino, fundador da CPT, contribuíram para consolidar essa identidade, ao refletirem sobre a trajetória e a evolução do movimento.

Por outro lado, outros aspectos se destacam nesta luta em prol da Reforma Agrária é o processo de documentação através da formação política, aliada ao registro fotográfico das lutas, fortalece a memória coletiva e a autoidentificação dos sujeitos. Nesse contexto, o fotógrafo Sebastião Salgado (2012) reconhece no MST um dos únicos movimentos que unem, de forma concreta, as lutas por dignidade e cidadania no Brasil.

8. A compreensão da Reforma Agrária Popular do MST

Ao analisar os documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), intitulado de Programa de Reforma Agrária Popular, (MST, 2025). É imprescindível destacar que:

No Brasil, a Reforma Agrária clássica burguesa foi sepultada no final do século XX, pelo próprio capitalismo. Esse processo se deu através da implementação de políticas neoliberais, da globalização, da supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo e da divisão planetária da produção, que promoveu a desindustrialização e incorporou a economia brasileira no mercado internacional, como mera exportadora de produtos primários. (MST, 2025, p. 33).

De acordo com a crítica que o (MST, 2025) faz e para compreender esse processo a Reforma Agrária até então é considerada uma política sócio desenvolvimentista para as economias mundiais no Brasil deixa de ser um alicerce para o desenvolvimento dessa sociedade pós-industrial moderna. Passou a ser um entrave ao próprio desenvolvimento do capitalismo em função de não priorizar o mercado interno para suprimir as necessidades básicas de suas populações. Para o (MST 2025, p. 33), esse modelo de desenvolvimento eliminou, nos países do Sul Global, “a prioridade ao seu mercado interno e ao seu desenvolvimento subordina as necessidades do seu povo ao impulso das exportações de poucas mercadorias produzidas em terras agricultáveis [...]”. Com essa falta de política agrícola e agrária negada ao longo da história brasileira, tem gerado conflitos no meio rural e ao mesmo tempo a elevação da concentração de renda, na geração da fome e ampliado a desigualdade social e econômica nas regiões geográficas do território brasileiro.

Por esse motivo, ao examinar a estrutura agrária brasileira, é importante compreender o processo histórico que configurou o projeto da burguesia agrária e a “luta pela terra sempre esteve no cerne da divisão de classes e tais concessões poderiam abrir fendas para reparações estruturais frente a uma história sangrenta de colonização [...]” (MST, 2025, p. 34).

A burguesia brasileira, historicamente subordinada aos interesses do capital internacional, mostrou-se incapaz de liderar um projeto de desenvolvimento nacional. E, além da subserviência e da incapacidade, a burguesia passou a atuar ativamente para bloquear qualquer alternativa de desenvolvimento econômico que atendesse à classe trabalhadora (MST, 2025, p. 34).

Por outro lado, ao suprimir as possibilidades de uma política pública voltada ao campo da Reforma Agrária clássica acirraram-se as contradições geraram-se conflitos na disputa pelo acesso a terra na criação de condições objetivas e subjetivas para estimular e surgimento de classes subalternas do campo. Por isso foram capazes de ampliar a luta de classes e elaborar um projeto de democratização ao uso e a posse coletiva das terras agricultáveis. Essas contradições contribuíram para chamar a atenção da necessidade do resgate à soberania pelo território o crescimento econômico o respeito às questões sociais ambientais, culturais e o combate da violência em conflitos isolados acirrando uma crise ao modelo agrícola tradicional em relação à posse da terra a essas populações sem terra do meio rural. (MST, 2025, p. 34). Para Fernandes, (1998, p. 7). Alguns fatores da crise desse modelo são, por exemplo.

A não realização da reforma agrária, a concentração do poder político nas mãos da banca ruralista, a política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponês, a rápida e violenta

transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras. (FERNANDES, 1998, p. 7).

De acordo com Fernandes, (1998, p. 8), destacam-se também outros fatores que incrementaram o processo de modernização no campo foram “o avanço da industrialização e do crescimento urbano, intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva, as quantidades crescentes de créditos agrícolas com a expansão do mercado interno, a mundialização da economia e o protecionismo [...]”.

Vale destacar, o surgimento desses conjuntos de fatores, resultou em vários modelos concentrador de terra e renda. Por outro lado, gerou um modelo com profundas transformações, no qual acrescenta Fernandes (1998, p. 7): “a modernização tecnológica financiada pelo sistema nacional de crédito rural, onde a agricultura passa a depender cada vez mais da indústria produtora de insumos [...]”. Contudo, atrelados aos programas de financiamentos dos governos federais a subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários surgem daí o confisco de pequenas propriedades por não terem condições de pagarem aos financiamentos as instituições financeiras gerando uma mão de obra barata e o êxodo rural, com isso:

[...] o surgimento de milhões de famílias sem terra, a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários, a persistências de empresários rurais na utilização do trabalho escravo, a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura, o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola. (FERNANDES, 1998, p. 7).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (ONU/PNUD, 1993, p. 35), ao destacar esses fatores, evidencia-se a realidade insustentável do campo brasileiro o Brasil é o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Além disso, o Brasil apresenta o mais elevado nível de desigualdade social do planeta. Nesse sentido, destaca o geógrafo Fernandes (1998, p. 7) que, “para além da concentração fundiária, o país é também campeão em analfabetismo, com uma estimativa de 30 milhões de brasileiros vivem em condições subalternas em razão da falta de saneamento, da desnutrição alimentar e da fome”.

Por outro lado, segundo dados do relatório (FAO/ONU, 2023), o país reduziu a pobreza extrema para 4,4%, um mínimo histórico o que representa a retirada de quase 10 milhões de pessoas dessa condição em relação a 2021. Em 2024, a taxa de desemprego caiu para 6,6%, a menor desde 2012, o rendimento mensal domiciliar per capita atingiu recorde, chegando a R\$ 2.020, e o índice de Gini, que mede a desigualdade, recuou para

0,506 — o menor resultado da série histórica. Apesar das políticas de inclusão social e combate à fome, observa-se que o nível de desenvolvimento humano, medido pelo índice de Gini, ainda permanece baixo quando comparado à riqueza de recursos naturais do país, como terras férteis, diversidade de solos, microclimas e aspectos do relevo ao considerar o tamanho territorial do Brasil.

Essa política teve como objetivo o chamando desenvolvimento do capitalismo no campo incentivado pelos governos militares onde privilegiavam as grandes empresas via incentivos financeiros através da agropecuária. Além de modernizar os coronéis latifundistas e impediam o crescimento das lutas dos camponeses em defesa da Reforma Agrária, mesmo com esse isolamento a política agrária da ditadura militar de 1964, projetava um programa de reforma agrária baseado no Estatuto da Terra. Esse estatuto de terra não resolveu os conflitos de terras porque tinha um projeto de Reforma Agrária que estimulava a colonização de algumas regiões do país entre 1965 e 1981. (FERNANDES, 1998, p. 7). Esse tipo de colonização tinha apenas o objetivo de administrar os conflitos de terras sem mexer na estrutura fundiária, entretanto a questão da terra transformou-se em uma saída militar.

Para executar seu plano, o governo militar criou o discurso dos “espaços vazios” do território brasileiro. Em sua manifestação nacionalista, propõem, então, levar os camponeses sem-terras para a Amazônia. Apesar de destinadas terras da Amazônia “sem homens” que deveriam ser destinadas para “os homens sem terras” foram praticamente entregues às empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais. (FERNANDES, 2025, p. 9).

Do mesmo modo, os governos militares usavam da bandeira da reforma agrária através dos projetos de colonização faziam muitas promessas para erradicar os conflitos sociais no campo com a finalidade de defender os interesses do empresariado nacional e internacional isso fizesse que acontecesse a colonização e não a reforma agrária. Para Fernandes, (1993, p. 9b), “pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais, internacionais e de ocupação populacional de fronteira para a segurança nacional”.

O governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), definiu em sua trajetória o processo de reforma agrária através da medida para o desenvolvimento da agricultura familiar para remediar soluções do problema da soberania alimentar e para a redução dos conflitos agrários.

Neste contexto o projeto se limitou a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura. (FERNANDES, 1998, p.

25). Por isso é importante destacar que a sua política agrária em seu governo em qualidade e ao mesmo tempo de mexer com o cerne da propriedade privada não aconteceu apenas repetiu um modelo já implantado pelos governos da ditadura militar.

Deu continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Esta posição linear e economicista não reconhecem a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é vista como atrasada enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista. . (FERNANDES, 1998, p. 25).

Diante do exposto, ao compreender o contexto histórico do acirramento da luta de classe e as contradições que envolvem os interesses do Estado brasileiro como zelador protetor dos privilégios e interesses da classe capitalista dominante branca e patriarcal que na agricultura era representada pelos latifundiários e fazendeiros. (MST, 2025, p. 10). No entanto, essas características estruturais herdadas do período colonial escravocrata e consolidadas no século XX, pautado pela hegemonia do capital industrial e financeiro contribuíram para determinar a situação atual da realidade agrária brasileira. (MST, 2025, p. 11).

9. A Reforma Agrária: disputa entre três modelos de Agricultura capitalista

Ao analisar a literatura da história da maioria dos países industrializados do Norte Global, “esses países realizaram a Reforma Agrária entre o final do século XIX e durante o século XX”. (MST, 2025). A reforma agrária como princípio de desenvolvimento e na democratização do acesso a terra como forma de distribuição de renda na geração de alimentos para o mercado interno com o crescimento da indústria. Para o (MST 2025, p 11) “a classe dominante capitalista brasileira optou por manter o monopólio da propriedade da terra e forçou o êxodo rural para as cidades”. Diante desse modelo somos uma sociedade dependente que combina o arcaico e o moderno, como caracteriza o (MST, 2025, p. 11):

O Brasil passou a ser dominado pelo capitalismo industrial, que reorganizou a economia e determinou novos rumos para a agricultura em geral. Como ele, se consolidou o assalariamento no campo, a integração dos camponeses ao mercado e novas técnicas e formas de produção. (MST, 2025, p. 11).

A partir da lógica do capitalismo industrial que dominou a agricultura e contextualizada pelas leis que rege o mercado essas leis demandam o preço, estabelecem a produção de bens para o mercado, onde tudo se transforma em mercadoria, na busca incessante do lucro. Pois por um lado, esses grandes latifundiários só produzem em suas terras aquele produto que dá mais lucro e gera resultado de apropriação e de acúmulo de capital. (MST 2025. p. 11).

Esse mesmo capitalista latifundiário, além de centralizar o capital monopoliza todo o processo de produção agrícola, na área industrial, comercial e financeira. No entanto, o capital financeiro serve como crédito rural tanto para a sociedade como para as empresas da agricultura. Durante os anos de 1990, esse capital financeiro torna-se hegemônico sobre a economia mundial esse fator prejudicou a agricultura em todo o mundo inclusive no Brasil. Com a imposição de preços oligopólios das mercadorias agrícolas, que passaram a serem controlados pelas transnacionais e vigorar em um único preço em dólar. (MST, 2025. p. 11).

Diante desse modelo financeiro adotado pelas transnacionais através do domínio do mercado agrícola mundial, três modelos levaram a situação da agricultura: o primeiro modelo está relacionado ao latifúndio.

Aqui definido como um modelo de apropriação de riqueza no campo e não apenas como sinônimo de grande propriedade, se caracterizando pela apropriação privada dos bens da natureza: terras públicas, terras indígenas e quilombolas, florestas, madeiras, água, biodiversidade e minérios. (MST, 2025. p. 11).

Esse modelo de acumulação primitiva de capital predador dos bens da natureza não produz alimentos e muito menos beneficia a sociedade brasileira apenas exporta mercadorias gera crimes ambientais e humanos provoca desastres invadi terras indígenas, quilombolas e ribeirinhos saqueiam os bens coletivos dessas comunidades tradicionais.

Desse modo, o segundo modelo de agricultura e acúmulo de capital é o Agronegócio caracterizado pelo (MST 2025, p.13) como: “expressão aportuguesada do agrobusiness estadunidense, que mais do que um conceito, é um modelo de exploração da agricultura articulado a um projeto de dominação social”. No entanto ao aprofundar o processo de agricultura pode-se caracterizar ao pacote da chamada tecnologia da revolução verde, com:

a utilização intensiva de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos, mecanização agrícola, baixa utilização de mão de obra, provocando um êxodo rural permanente. Esse modelo dedica ao monocultivo de apenas algumas commodities exportáveis, como: soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e a pecuária bovina. (MST, 2025. p. 14).

De acordo com estimativa do (MST, 2025, p. 14), em 2021, esses produtos de exportação ocupavam 86% de toda área agrícola e representavam 94% de todo volume e 86% do valor da produção. Além de produzir muita riqueza renda agrícola gera muitas contradições com os interesses gerais da sociedade brasileira. Por um lado, observa-se uma alteração no ecossistema que resulta em mudanças climáticas acúmulo de lucros

exploração intensiva da natureza e contaminação da água e do ar provocadas pelo uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Como consequência, proliferam doenças decorrentes do uso indiscriminado desses insumos e intensifica-se o problema da fome. Além disso, esse modelo excludente e concentrador frequentemente submete os trabalhadores a condições precárias de exploração sustentadas por mão de obra barata e em muitos casos análogas à escravidão. Desse modo, segundo o (MST, 2025, p. 14), o sistema de plantation recorre a instrumentos ideológicos para mascarar a realidade atual.

Para tentar mascarar tais contradições, o agronegócio se utiliza de um poderoso arsenal ideológico, dispondo de uma ampla estratégia de propaganda, (comerciais de TV, músicas, projetos artísticos, culturais e educacionais), que age no senso comum das pessoas, impondo narrativas de progresso e desenvolvimento ao país, ao mesmo passo que camufla seus impactos perversos com o objetivo de construir o consenso na sociedade de vocação da agricultura. (MST, 2025, p. 14).

Em contraposição, o terceiro modelo de produção agropecuária existente é a agricultura familiar. Suas características estão baseadas no trabalho de toda família. Ao produzir alimentos para si para o mercado local e nacional praticam a policultura respeita e realiza manejos agrícolas de acordo com a vegetação do bioma na diversificação de produtos agrícolas. O resultado de sua produção abastece os armazéns do estado como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desempenha um papel importante no aumento de renda das famílias camponesas. Outro marco importante destaca o (MST, 2025, p. 16), o número de pequenas propriedades é de 23% da área agricultável e consegue produzir alimentos para abastecer os lares brasileiros. Segundo dados do (MST, 2025, p. 16), estabelece que: “desse total mais de cinco milhões de famílias vivem da agricultura familiar, elas possuem até 100 hectares de terra. Entre esse total destaca-se 500 mil famílias em projetos de colonização na Amazônia Legal e outras 500 mil famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária”.

Dados do IBGE (2022), afirma que esse modelo produz mais de 70 % de todos os produtos alimentícios que vão para a mesa da população brasileira. Só perdemos para a produção de óleo de soja, carne bovina, ovos de granjas, que são produzidos pelo modelo do agronegócio.

A agricultura familiar é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo. Com uma produção diversificada, os agricultores familiares são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, como: 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. (IBGE, 2022; MST, 2025, p. 16).

Segundo o Censo agropecuário de 2017, a agricultura camponesa e familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, inserindo os habitantes da zona rural e pequenas cidades, além de gerar renda, trabalho, aproveita e fixa a mão de obra nos municípios do interior do país.

10. Questão ambiental: crise entre a relação sociedade e natureza

Ao longo do final do século XX, a crise ambiental se agravou em decorrência da ação antrópica associada a uma crise social econômica e política, marcada pela busca incessante de acumulação de capital e avanços tecnológicos. Esse modelo predatório de exploração da natureza além de destruir as reservas ambientais, minerais e hídricas, também compromete de forma drástica os habitats dos biomas e, conseqüentemente, a própria vida no planeta. De acordo com a reflexão de (Esterci; Valle 2003, p. 66), destaca que desde 1500, com a chegada dos europeus no território brasileiro a destruição continua em ritmo acelerado:

No Brasil, destruir as matas sempre fez parte de um jogo de interesse, em que cada um queria levar o máximo de vantagem, lucrar e enriquecer, com o menor esforço e no menor tempo possível. [...] O latifúndio, seja ele criador de gado, ou plantador de soja, alega que está produzindo para desenvolver e alimentar o país e por isso precisa desmatar e queimar. (ESTERCI; VALLE 2003, p 66).

Diante desse processo histórico de destruição ambiental marcado por ciclos predatórios de desmatamento e queimadas, além do avanço da indústria associado à urbanização, ocorreu uma degradação ambiental acelerada. Como consequência, a evidência mais conhecida dessa crise são as mudanças climáticas, amplamente discutidas no Acordo de Paris (2015). Elas decorrem da concentração atmosférica de dióxido de carbono, que atingiu seu nível mais alto nos últimos anos, resultando em um aumento da temperatura média da superfície do planeta superior a 1,5°C. Em 2024, esse foi o primeiro ano em que a temperatura média global ultrapassou oficialmente esse limite em relação aos níveis pré-industriais. (IPCC; PNUMA, 2023). Essa crise esta associada aos modelos tecnológicos voltados ao latifúndio e do agronegócio são os grandes responsáveis por esse fenômeno

[...], pois a destruição dos biomas é parte do mecanismo de grilagem de terras, principalmente nas fronteiras de expansão agropecuária. Entre 2017 e 2021, foram desmatados quase 11 milhões de hectares em todo o país e, em 2021, foram derrubadas 500 milhões de árvores somente na Amazônia. (MAPBIOMAS; MST, 2025 p. 23).

Ao mesmo tempo, a combinação de desmatamento e superexploração dos recursos hídricos têm provocado uma crise nesse setor, resultante de processos de irrigação

intensiva e alterações nos cursos naturais das águas. De acordo com o (MST, 2025 p. 23): “o agronegócio é responsável por 72% de toda a água utilizada no Brasil, sendo que a irrigação de 8,5 milhões de hectares utiliza a mesma quantidade de água que todas as outras atividades urbanas e rurais do país”.

No entanto, esse consumo de água para o processo de irrigação tem causado impactos irreversíveis na estrutura das principais bacias hidrográficas geração de aumentos de sedimentos, destruição das matas ciliares, escassez do solo, como o assoreamento de rios córregos e nascentes. Contudo, a associação da produção de soja com a pecuária tem destruído diretamente os biomas: Amazônia, Cerrado, Pantanal e Caatinga, além de causar a retirada brusca das águas subterrâneas têm gerado um impacto nas regiões urbanas com escassez e ao mesmo tempo interferindo nos desvios de afluentes principais que interrompem o abastecimento das principais caixas d’água do território brasileiro.

Ao mesmo tempo, a exploração de minérios finos explorados por grandes empresas mineradoras e corporações internacionais tem promovido e agravado a crise ambiental que extrapolam as áreas de extração, atingindo extensos territórios e populações, bairros e cidades do interior do país.

Por outro lado, tem aumentado a degradação do solo pela erosão e contaminação das águas por produtos químicos, a mortandade de peixes e a poluição das águas fluviais além da destruição da fauna silvestre. Ademais as crises e conflitos gerados às comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinhos e camponeses sem terra.

Diante dessa crise ambiental, vale ressaltar em matéria digital publicada em jornal de circulação nacional como o Brasil de Fato, (2024), demonstra que o processo de mineração tem gerado impactos ambientais de deslocamentos de populações de bairros como o caso da Braskem em Maceió-AL, tem causado transtornos psicológicos e “casos de ideação suicida aumentaram de 2% para 27,5% após a remoção dos bairros de origem, desde 2018. Já o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) contabiliza 13 mortes por suicídio após o afundamento do solo”. (BRASIL DE FATO, 2024). Outro impacto ambiental que tem causado a expulsão desses moradores de suas regiões com a poluição de seus ambientes pela queima de mercúrio, poluição sonora de maquinários, como também dos conflitos pela posse da terra. Neste sentido, destacam-se os casos mais emblemáticos das tragédias, crises e conflitos ambientais ocorridos em função das empresas mineradoras como:

Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, cujos impactos sobre o meio ambiente e sobre a vida das comunidades ainda persistem. Dentro de uma

lógica crescente descartabilidade das mercadorias, expansionistas e acumulativa, o cuidado com o meio ambiente e com a vida humana torna-se cada vez mais um fator supérfluo, de modo que o lucro é colocado acima da natureza, das comunidades, da vida em geral. (MST, 2025, p. 24).

Portanto para compreender melhor essa análise da crise ambiental é importante estar atento que a questão ecológica não pode estar dissociada da questão agrária. Para melhor entender esse processo afirma o (MST, 2025, p. 25). “As principais causas da crise climática no Brasil se devem ao modelo do agronegócio, baseado na concentração fundiária, na expansão da fronteira agrícola, na produção de commodities baseada na monocultura e no pacote da Revolução Verde”.

Por outro lado, os empresários do agro, querem receber o perdão do estado ao implementar mercadorias verdes ou sustentáveis, sob a máscara de termos como agricultura regenerativa e agricultura de baixo carbono. Por isso, entender esse discurso é um pouco contraditório e de modo que não diminui as demandas pela conservação ambiental, em função de:

O discurso do verde e da agricultura regenerativa não são de fato medidas estruturais de proteção do meio ambiente, é apenas um mercado para transformar os bens da natureza em mercadoria, ganhar dinheiro e acumular. Nenhum capitalista investe em reflorestamento, em agricultura orgânica, em eliminação dos agrotóxicos sem que isso seja lucrativo. [...]. (MST, 2025, p. 26).

Ao analisar o avanço da tecnologia, percebe-se que houve um acirramento do processo de degradação ambiental no bioma da Caatinga, manifestado pelo avanço da fronteira agrícola em virtude da implantação da soja, milho e dos grandes projetos de irrigação na bacia do Rio São Francisco. No entanto, o projeto denominado MATOPIBA acrônimo que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia tem provocado sucessivos impactos ambientais, sobretudo no bioma Caatinga, genuinamente brasileiros. Com efeito, o avanço desse processo tem resultado em desmatamento e queimadas, além de desencadear fenômenos como o assoreamento dos rios a compactação do solo o aumento da evapotranspiração e a perda da biodiversidade, comprometendo assim um ecossistema de fundamental importância para o Nordeste brasileiro.

Além disso, destaca-se o êxodo rural e a especulação imobiliária a introdução do agronegócio e especialmente a construção de condomínios nos centros urbanos juntamente com as mudanças nos sistemas naturais provocaram grandes impactos nos ecossistemas locais resultado na destruição da fauna, da flora, dos recursos hídricos e na diminuição das matas ciliares que foram suprimidas para a implantação desses megaprojetos. Neste viés,

ao analisar o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO (2023), pode-se observar que

[...] a mudança nos usos da terra teve, sem dúvida, o maior impacto negativo relacionado aos ecossistemas terrestres e de água doce. Além disso, prevê-se que a perda dos serviços ambientais e da biodiversidade continue a ocorrer à medida que as paisagens naturais forem progressivamente substituídas por terras destinadas ao cultivo agrícola (IPBES/UNEP, 2019; UNESCO, 2023, p. 2).

Pode-se afirmar que a educação ambiental está diretamente relacionada à conservação da natureza, por meio de mecanismos que envolvem, entre outros aspectos, “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, incluindo os aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999 – Lei nº 9.795). O processo de ocupação humana da paisagem brasileira caracteriza-se pela falta de planejamento e conseqüente má gestão em relação a natureza o que tem conduzido à escassez destes. Nesse sentido, conforme destacam os autores:

A ocupação humana do território brasileiro ocorreu, em grande parte, de forma desordenada, sem planejamento e com degradação dos recursos naturais. A implantação de políticas de incentivo à agricultura, aliada ao crescimento da população urbana, principalmente a partir da década de 1970, está na base de uma cadeia de fatores que leva à deterioração dos biomas brasileiros (GOMES JÚNIOR; BRAGA JÚNIOR; MILLA DOS SANTOS SENHUK, 2022, p. 1).

Neste contexto, destaca-se a publicação de Gomes Júnior, Braga Júnior e Senhuk (2022, p. 1), que afirma: “desde então, a cobertura de vegetação nativa vem sendo fragmentada, cedendo espaço a outros tipos de uso, como a agropecuária e a expansão das áreas urbanas”. Para compreender melhor essa crise ambiental, que está vinculada diretamente com crimes em relação à natureza, segundo Novaes, (2025, p. 39); Mészáros, (2011, p. 39), ao fazer uma reflexão crítica através de uma indagação: “crises ambientais ou crimes ambientais?” e de acordo com sua reflexão. “A maior parte dos crimes ambientais brasileiros é resultante de nossa formação socioeconômica, isto é, nosso capitalismo dependente e associado, e, mais recentemente de avanço destrutivo do capital” [...]. (MÉSZÁROS, 2011, apud NOVAES, 2025, p. 39). Ao contextualizar os crimes ambientais ocorridos nas regiões geográficas brasileiras, o autor manifesto sua indignação em relação ao processo de produção capitalista ao longo dos ciclos econômicos e destaca que: “o Brasil não é um bom exemplo em termos ambientais. Os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, do café, do gado (na fase colonial), e mais recentemente de soja, eucalipto, boi e cana-de-açúcar (fase neocolonial) trazem profundos problemas ambientais”. (NOVAES, 2025, p. 40). Ao aprofundar a questão dos crimes ambientais é importante salientar que:

Esses problemas não “são desastres naturais”, como prefere anunciar a mídia pró-capitalista, mas crimes ambientais decorrentes do avanço do modo de produção capitalista. Sobre isso, é preciso destacar que o novo dicionário do capital sempre prefere usar os conceitos desastres naturais, crises ambientais, desenvolvimento sustentável e emergência climática. (NOVAES, 2025, p. 40).

Essa reflexão ajuda a compreender como o avanço do capital está inserido em setores da economia popular e nas camadas mais do senso comum ao aceitarem certos discursos de culparem a natureza pelas mudanças ocorridas em decorrência da defesa do agronegócio e da propriedade privada dos meios de produção. Para tanto, ao concluir esse processo (MÉSZÁROS, 2011, apud NOVAES, 2025, p. 40) “os defensores do capital mostram a ecologia “grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas impressionadas os bastantes com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos possam ser, com sucesso, desviados dos candentes problemas sociais e políticos”.

11. O MST: a luta em prol da agroecologia

A luta pela Reforma Agrária está intrinsecamente vinculada ao processo de democratização do Estado brasileiro, bem como à defesa da terra enquanto propriedade coletiva destinada à classe trabalhadora. Nesse contexto, busca-se fortalecer o protagonismo camponês, potencializar suas conquistas e superar os preconceitos individualistas que ainda persistem, [...] “superando os preconceitos políticos que consideram tal segmento como ser social antirrevolucionária expressão do atraso tecnológico, cultural e político”. (MST, 2025, p. 34).

Ao analisar essa realidade ambiental e suas transformações, é importante destacar que tais mudanças estão diretamente relacionadas ao processo produtivo agrícola o qual envolve complexas interações com os ecossistemas, o solo, o clima e natureza. Por esse motivo, pode-se afirmar que essas características de acordo com pesquisadores da (Embrapa, 2008 p. 602), são causadas devidas a essas:

Transformações sempre ocorreram na sociedade. No entanto, nas últimas décadas do século XX, há uma aceleração nesse processo em termos ecológicos, científicos, socioculturais, econômicos, político-ideológicos e institucionais, fazendo prever que durante o século 21 se desenhará um mundo profundamente diferente do que conhecemos hoje. (TAVARES, SIQUEIRA, SILVA, 2008 p. 602).

Para o (MST 2025, p. 35), é necessária uma compreensão sistematizada dessas transformações as imposições ideológicas e econômicas, que implica uma relação de conexão entre o ser humano-agricultura-natureza, sendo assim a agroecologia como matriz produtiva de valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais entre os povos, no respeito do seu modo de viver e existir.

Para sistematizar melhor o entendimento de uma Reforma Agrária sustentável, de acordo com o (MST, 2025 p. 36) é fundamentado elencar os cinco alicerces que teorizam essa concepção: “primeiro a terra como organismo vivo do qual dependemos para produzir e manter a nossa existência”. Segundo a classe trabalhadora, “são protagonistas das transformações estruturais e força motriz em nosso país. Porém tem papel importante na promoção e na articulação de outros setores do trabalhador e trabalhadora assalariada do campo e cidade”.

Por isso, destaca-se a aliança com os demais sujeitos e atores sociais que estão nas periferias do capitalismo, em grande maioria, mulheres, indígenas, LGBTI+, jovens e populações negras empobrecidas. Portanto esses sujeitos “enfrentam maiores dificuldades de acesso a um trabalho menos degradante, se tornando reféns da precarização, da fragmentação no mundo do trabalho e da ideologia dominante”. (MST 2025, p. 36).

Em terceiro lugar, as relações sociais de trabalho, respaldadas nas aspirações filosóficas e históricas, são contextualizadas pelo (MST 2025, p. 36), ao afirmar que o trabalho carrega as marcas de nossa trajetória:

roubo, expropriação, escravidão, dominação de gênero, exploração e manutenção de privilégios. A maioria da população trabalha em condições extremamente degradante, desiguais e com baixa remuneração. Em contrapartida, uma minoria apenas vive para explorar e lucrar o trabalho alheio. (MST, 2025, p. 36).

Para o (MST, 2025), no seu programa de Reforma Agrária Popular esta inserida a superação das estruturas capitalista no enfrentamento à propriedade privada à concentração da terra e a desigualdade social a defesa da agroecologia como matriz tecnológica e modo de vida para a produção de alimentos saudáveis e atividade central dos povos do campo águas e florestas. Além de promover o reflorestamento em seus territórios o movimento inclui em seu planejamento o plantio de mais de um milhão de árvores nas áreas de assentamento.

12. A cooperação agrícola o cooperativismo e as novas tecnologias

O (MST, 2025), tem em seu plano de reindustrialização do país articulado a partir da agricultura camponesa e familiar e das necessidades do povo brasileiro também o acesso à ciência e às tecnologias, que assegurem o desenvolvimento com justiça social e ambiental. Neste sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST 2025) ressalta no campo político a importância da preservação ambiental nas áreas de Reforma Agrária uma vez que esta prática contribui para a formação e o fortalecimento de uma cultura ambiental:

o plantio de árvores é um pilar fundamental na prática da Reforma Agrária Popular em todos os biomas. Ele está vinculado a diversidade da produção de alimentos saudáveis, ao planejamento estratégico em longo prazo, a recuperação, conservação e cuidado com os bens comuns da natureza – água, solos, minérios, sementes e biodiversidade. (MST, 2025, p. 45).

Outro aspecto importante para o aumento da produção e, simultaneamente, para o rompimento com a racionalidade desenvolvimentista capitalista do agronegócio, é a introdução de práticas que vinculam a identidade ao processo produtivo. Nesse sentido, a agroecologia propõe novas formas de produção, conforme destacado por Batista e Rocha (2021).

A Agroecologia nasce das contradições que a própria racionalidade do desenvolvimento capitalista coloca para a sociedade moderna, de modo que as condições de seu surgimento estão diretamente ligadas às de permanência dos produtores diretos na terra – sujeitos políticos que tem na terra e pela terra a constituição da sua existência e identidade – e ao processo constante de expropriação destes sujeitos pelo modelo de capitalismo agrário imposto pelo agronegócio. (BATISTA; ROCHA 2021 p. 171).

O texto se materializa a teoria agroecológica ao se constituir como um espaço de resistência contra a expropriação capitalista. Enquanto Batista e Rocha apontam que a agroecologia nasce das contradições do agronegócio, somente a Reforma Agrária é capaz de oferecer as ferramentas práticas para essa disputa.

Ao longo da trajetória histórica do MST, as experiências acumuladas evidenciaram a importância de estabelecer cooperações com países que realizaram reformas agrárias e possuem economias voltadas à agricultura familiar. Nesse cenário, destaca-se o papel das novas tecnologias e da mecanização desenvolvida em países asiáticos, especialmente na China. Essa articulação é fundamental, conforme aponta Almeida (2025, p. 15),

[...] a respeito da necessidade e da importância da mecanização da agricultura familiar como forma de proporcionar desenvolvimento rural, com uma estratégia real de modernização do campo através do fortalecimento da agricultura familiar camponesa, agroecológica e comunitária. (ALMEIDA, 2025, p. 15).

Por outro lado, a política de preservação estabelecida pelo (MST, 2025), remete a desenvolver práticas da agricultura camponesa e familiar para conseguir reduzir a penosidade do trabalho agrícola tem como objetivo elevar a produtividade geral na produção de alimentos ampliarem a renda e as formas de trabalho no campo como a cooperação agrícola, (MST, 2025, p. 45). O processo de cooperação além de qualificar a mão de obra tem o princípio da coletividade e o respeito aos bens públicos.

A cooperação é um instrumento revolucionário de luta e resistência, que visa contribuir no enfrentamento ao avanço do capital, combatendo a ideologia do

individualismo e da meritocracia, à luz dos princípios, valores e do processo histórico desenvolvido pelo Movimento dos Sem Terra. (MST, 2025, p. 45).

Contudo, o acesso às diversas políticas públicas deve construir estratégias de autonomia e emancipação na ampliação da agroindústria como modelo de desenvolvimento para a organização da produção e comercialização como as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e outras formas de cooperação, (MST 2025, p. 46).

Neste sentido é importante a ampliação no debate estratégico do modelo energético e de mineração do país como forma de garantir a construção da soberania nacional popular. Isso inclui a utilização do desenvolvimento tecnológico articulado a um plano de reindustrialização para atender as demandas da população brasileira.

Neste processo de relação ser humano, cooperação agrícola e a cultura do trabalho de forma coletiva destaca a luta pela educação como direito universal do ser humano por esse motivo a defesa da educação pública e de qualidade é uma garantia como forma de estabelecer um método pedagógico sem a tutela política do Estado esse método esta articulado ao acesso à ciência e tecnologia às artes e aos bens culturais, (MST 2025, p. 47).

Outro campo importante que tem destacado a política interna do (MST, 2025), é a questão da “saúde e a capacidade de lutar contra tudo aquilo que oprime. A reforma Agrária Popular compreende que a nossa saúde deve ser integral e conquistada como um direito que esta diretamente relacionada às nossas condições de dignidade humana”.

Nesse contexto, ao destacar a luta pela terra é imprescindível reconhecer a importância da cultura e da arte como instrumentos de conhecimento e de resistência responsáveis por orientar a organização da vida e fortalecer a luta pela existência. Assim, a arte exerce um papel decisivo na construção da consciência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, conforme aponta o MST (2025, p. 49):

A Reforma Agrária Popular deve projetar, permanentemente, a massificação da fruição e da formação artística. É também através dessa dimensão sensível, que podemos realizar em nossos territórios, e no conjunto da sociedade, a disputa pelas ideias, visão de mundo, afetos e valores confrontando o imaginário violento do agronegócio. (MST 2025, p. 49).

Por fim, ao analisar o conjunto de ideias, projetos e estratégias sobre a Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2025), é importante observar a visão de mundo, afetos, estratégias e valores, entre esses valores destacam-se o respeito e o apoio aos jovens como continuadores dessa luta e o princípio da solidariedade como marcas de toda caminhada histórica da classe trabalhadora, para isso conclui o (MST 2025, 49): “Nunca podemos ser indiferentes em relação ao

sofrimento humano imposto pela crise civilizatória que atravessamos. A solidariedade é a forma de vivenciar a nova sociedade que estamos construindo”.

13. Contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A gênese da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocorreu em resistência à política agropecuária do regime militar ao representar uma luta histórica contra a expropriação e a exploração capitalista no campo. O MST integra um movimento mais amplo da luta camponesa brasileira, marcada por conflitos agrários desde Canudos até o final do século XX, quando o direito a terra ainda não foi plenamente conquistado (MST, 1998, p.26). A luta pela terra ressurge como reação à expansão do capitalismo rural, que subordina a renda da terra ao capital, sendo fundamentalmente um combate à expropriação e exploração (Fernandes, 1998, p.18). Frente a isso, o MST intensifica ocupações em latifúndios que descumprem a função social da terra, reconhecendo a desigualdade e contradições do desenvolvimento capitalista e afirmando que o trabalho assalariado não é a única forma de relação social (Fernandes, 1998, p. 18). Assim, o MST propõe um programa de Reforma Agrária Popular como parte de seus objetivos (MST, 2025 p. 18).

Dessa forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... Vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem à conquista da terra de trabalho a propriedade familiar. Vai em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas quotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. (MST, 1998, p 18).

A luta pela terra enraizada em um contexto filosófico se consolidou como organização em diversas regiões do Brasil especialmente a partir do final da década de 1970 e durante os anos 1980, com o surgimento de vários movimentos sociais no campo. Nesse cenário, entidades como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) emergiram para denunciar conflitos e defender a reforma agrária contando com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, partidos de oposição e do novo sindicalismo (FERNANDES, 1998, p.19).

Com o avanço da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o protagonismo nas lutas populares o que resultou na fundação do MST cujo surgimento está ligado diretamente às ocupações de terra como forma de resistência como tem destacado Fernandes, (1998, p. 21):

[...] realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, com a realização do primeiro encontro nacional dos Sem Terra. (FERNANDES, 1998, p. 21).

De acordo com Fernandes (1998, p. 21) o processo de luta se consolidou com o apoio articulado ao trabalho de base e com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para o surgimento do MST ao transformar comunidades em espaços de debate conscientização e construção política em defesa da terra. Com a abertura política e a democracia no Brasil, setores como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); os partidos políticos e entidades pró-reforma agrária se uniram para exigir um projeto de reforma agrária do novo governo. Em resposta à espera passiva, um grupo da sociedade civil elaborou e entregou, em 1985, um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ao novo Governo eleito pelo Congresso Nacional, visando viabilizar a reforma. Contudo, devido a interesses políticos conflitantes, a proposta foi desfigurada e não saiu do papel (FERNANDES, 1998, p. 22).

Enquanto isso, forças reacionárias do campo, organizadas pela UDR – União Democrática Ruralista pressionaram o governo criando um Decreto nº 91.766, de outubro de 1985, instituído por José Sarney, que inviabilizou o projeto ao incluir o conceito de “latifúndio produtivo”, agradando opositores e tornando o PNRA inviável.

[...] representando assim a vitória das forças políticas contra a reforma agrária. Na verdade, a perspectiva de elaboração de outro projeto de reforma agrária, que não seria implementada, era uma condição para a criação de um novo pacto político para a sustentação do governo que assumia o poder. Dessa forma, o Estado realizava apenas uma política de assentamentos para minimizar os conflitos fundiários. (FERNANDES, 1998, p. 22).

Apesar de que, para o (MST 1998) essa política de Reforma Agrária não resolveria os conflitos existentes no campo capaz de ampliar sua luta pelas ocupações de terras como forma de pressionar o governo. Para isso é fundamental compreender o processo histórico da chamada realidade agrária brasileira essa compreensão é essencial para justificar as lutas e enfrentar as forças contrárias ao processo de ocupação dos territórios. Dessa forma, somente a partir do enfrentamento dessa realidade marcada pela concentração da terra e da renda no Brasil é que se torna possível avançar.

Por isso, destaca-se: Fernandes, (1998 p. 25): “A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência.

Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento”. E conclui ainda o geógrafo:

A ocupação é movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não a conceber é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem terra sem ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação. (FERNANDES, 1998, p. 25).

Percebe-se que persistem contradições profundas agravadas pela omissão do Estado em desapropriar latifúndios improdutivos ou que não cumprem sua função social. Nesse aspecto os conflitos e as contradições da luta de classe em fortalecer o MST e compreender a função do Estado brasileiro, pois o mesmo nunca representou os interesses populares, mas por outro lado, atua como repressor para conter revoltas (MST, 2025, p. 10). Para o movimento a ocupação da terra é essencial, pois o enfrentamento sustenta a luta pelo pertencimento e o resgate da identidade dos sujeitos que ocupam o território conforme a gênese e desenvolvimento do MST.

De acordo com as normas e princípios organizativos do (MST 2016 p. 10), “a educação e a cultura são pilares centrais para a construção política, promovem a identidade social e cultural da população camponesa e asseguram o acesso e controle dos meios de comunicação no campo”.

As ocupações de terras, realizadas de forma simultânea em diversas regiões do território nacional, constituem estratégias fundamentais de visibilização da causa, contudo, tais ações, ao incidirem diretamente sobre latifúndios improdutivos, provocam o recrudescimento da repressão estatal e o aumento da resistência por parte dos setores conservadores. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a formulação de campanhas de denúncia contra os despejos forçados, bem como a estruturação de um setor de comunicação e propaganda capaz de sistematizar e difundir as pautas do movimento, especialmente nos espaços urbanos, ao contribuir para ampliar e qualificar o debate público em torno da questão agrária no Brasil.

Por outro lado, setores ligados aos latifundiários começaram a se articular por meio da União Democrática Ruralista (UDR), formada por fazendeiros, usineiros do Nordeste e políticos tradicionais, como os Caiados contando com apoio de milícias paramilitares, esses grupos contratam pistoleiros para realizar despejos violentos em áreas ocupadas, destrói os acampamentos e agem com violência contra trabalhadores sem terra. Além

disso, faz acordos com a burguesia agrária conservadora e mobiliza recursos para cooptar parlamentares por meio de leilões políticos e estabelece um forte lobby para aprovar leis que atendessem aos seus interesses econômicos e ideológicos de suas categorias.

Diante disso, a comunicação popular tornou-se estratégica para a denúncia e divulgação dessas lutas como destaca Peruzzo (2008), “trata-se de uma forma alternativa de comunicação originada nos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 na América Latina”. É por meio desses canais que o MST divulga seus princípios valoriza a diversidade cultural e fortalece a consciência crítica dos sujeitos sobre suas práticas sociais, ao consolidar-se em uma organização coletiva capaz de enfrentar o poder dos latifundiários por meio da ocupação de terras improdutivas.

14. Histórico do MST/PE.

Assim como em outros estados brasileiros em Pernambuco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfrentou forte resistência por parte dos latifundiários sua bandeira foi hasteada pela primeira vez no estado em 25 de junho de 1989, quando mais de 300 famílias ocuparam uma área do Engenho pertencente ao Complexo de Suape, localizado no município de Cabo de Santo Agostinho, na região do litoral sul, zona da mata pernambucana.

No entanto, essas famílias foram rapidamente despejadas por ordem do então governador Miguel Arraes de Alencar. Após negociações com o governo estadual os trabalhadores foram deslocados para uma área no chamado “polígono da maconha”, no sertão pernambucano. Contudo, devido às condições adversas os sem-terra não conseguiram adaptar-se à nova região. Como resultado, parte dessas famílias retornaram-se anos depois, e, após novas negociações foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em uma área denominada Barra Azul antigo complexo da Usina Serro Azul entre os municípios de Palmares/Bonito, PE.

Na segunda metade da década de 1990, o movimento intensificou sua atuação na Zona da Mata Sul do Estado, destaca-se a ocupação do Engenho Camaçari, no município de Rio Formoso, que reuniu mais de 900 famílias esse episódio marcou um novo ciclo de lutas na região canavieira. Ao longo desse período, diversos outros engenhos foram ocupados nos municípios de Pombos, Gameleira, Ribeirão, Amaraji, Joaquim Nabuco e Água Preta, Taquitinga, Buenos Aires e Condado, por essa razão evidencia-se a expansão do movimento na zona da mata canavieira. Simultaneamente, no sertão pernambucano, o MST ocupou uma área abandonada pertencente ao Instituto de Pesquisa Agrônomo

(IPA), depois de muitos despejos e negociações a área que não cumpria a função social foi estabelecida como assentamento Pedra Vermelha, no município de Arcoverde.

Por fim, segundo Francisco Terto Freire da coordenação estadual do MST/PE, (2023, p. 71), um marco fundamental da consolidação do MST no Agreste pernambucano foi à ocupação da Fazenda Normandia, no município de Caruaru, ainda na década de 1990. A repressão sofrida pelos trabalhadores por parte do latifundiário e do Estado foi intensa. Como destaca o autor:

Em 1997, após sofrerem 06 (seis) despejos, os trabalhadores (as) acampados (as) iniciam uma greve de fome na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Recife, ação que se repetiu em outras regiões do Estado. Esta greve durou um período de 10 (dez) dias. Nesse mesmo período aconteciam os massacres de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara. “Estes três fatores contribuíram decisivamente para o processo de desapropriação da Fazenda Normandia para fins de Reforma Agrária” (TERTO, 2023, p. 71).

Portanto, desde então, o MST em Pernambuco tem consolidado suas bases no médio e alto sertão do São Francisco neste aspecto destaca-se a ocupação com mais de 900 famílias, na Fazenda Safra localizada entre os municípios de Santa Maria da Boa Vista e Petrolina, Sertão pernambucano. Com essa ocupação na região, estabeleceu-se a consolidação do MST como estrutura orgânica voltada à massificação na luta pela terra através da produção agropecuária fortalecimento do cooperativismo, com destaque para as articulações construídas com entidades, instituições de ensino superior e autarquias do meio urbano.

Por outro lado, o fortalecimento do movimento também se reflete na ocupação territorial das regiões geográficas de Pernambuco. Segundo dados do INCRA (2021) e do ITERPE, o Estado conta com 327 assentamentos rurais, envolvendo 23.354 famílias. Segundo os dados do MST (2025) maiores partes dessas famílias estão vinculadas ao projeto de organicidade do MST, com 241 assentamentos paralelamente, registram-se 143 acampamentos, que congregam cerca de 16 mil famílias acampadas, ainda em luta pelo acesso à terra (MST/PE, 2025). À luz do processo histórico observa-se que ao longo de mais de três décadas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco consolidou territórios geograficamente delimitados distribuídos em mais de 89 municípios. Esses espaços correspondem a uma área aproximada de 190.100 hectares, conforme dados do MST/PE (2025). A estrutura organizativa do movimento encontra-se configurada em 17 regionais o que assegura sua organicidade em todas as regiões geográficas do estado como: litoral, zona da mata, agreste central, setentrional, meridional, sertão do Araripe e vale do São Francisco, por esse motivo, potencializa sua capacidade de

articulação política de inserção social e econômica. Tais números evidenciam não apenas a dimensão quantitativa da Reforma Agrária em Pernambuco, mas, sobretudo o caráter processual da territorialização promovida pelo Movimento, em prol da Reforma Agrária Popular.

Desse modo, o MST pode ser compreendido como um movimento social de massas, autônomo e enraizado nas lutas populares, que articula trabalhadores rurais e diversos segmentos da sociedade em torno da defesa da Reforma Agrária. Mais do que isso, sua atuação projeta-se como parte de um horizonte contra-hegemônico, orientado pela construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil, pautado na democratização da terra, na justiça social e na soberania alimentar (MST, 2016).

Com o intuito de fortalecer a produção de alimentos, destaca-se a cooperação entre as diferentes formas de organização produtiva nos assentamentos, prática que, no passado, era conhecida como mutirão. Atualmente, essas iniciativas se materializam principalmente por meio de cooperativas, fundamentadas em três elementos centrais na organização em Pernambuco.

Em primeiro lugar, a terra é concebida simultaneamente como bem coletivo e também pode ser como espaço de uso individual. Em segundo, o trabalho se constitui como a principal força de resgate da dignidade sendo a mão de obra elemento essencial tanto para o desenvolvimento de técnicas agrícolas quanto para o avanço da produção e da cooperação. Por fim, o terceiro fator, corresponde ao capital associado à tecnologia, que, financiado por créditos, possibilitou a criação das primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). Com o destaque para o assentamento Serrinha em Ribeirão, zona da mata pernambucana com 25 famílias, o assentamento Panorama em Timbaúba-PE, com 30 famílias e por último o assentamento Pedra Vermelha em Arcoverde-PE, com 25 famílias. Essas cooperativas de produção agropecuária foram frutos de experiências adquiridas ao longo do processo histórico de formação de outras realidades na constituição de organizar as primeiras discussões em torno da organização da cooperação. Essas, por sua vez, têm como finalidade organizar a produção a comercialização e a cooperação, compreendida não apenas como prática voluntária, mas também como base para a consolidação de estruturas legais e administrativas, assegurando a prestação de serviços de forma coletiva às famílias assentadas.

Nessa perspectiva o MST (2025) afirma que a disputa pela hegemonia no processo produtivo se expressa na “organização e nos resultados da produção agrícola, na

cooperação, na especialização da mão de obra e na consolidação da agroindústria”. Além disso, ressalta-se a importância das experiências acumuladas ao longo da história, as quais fundamentam a construção de políticas de cooperação entre trabalhadores tanto em nível nacional quanto internacional.

15. História do Assentamento Normandia.

O Projeto de Assentamento (PA) Normandia está localizado no município de Caruaru-PE, estendendo-se também por áreas do seu entorno e inserido na chamada região geográfica imediata, conforme a classificação do IBGE (2022). O município de Caruaru, por sua vez, encontra-se em uma das regiões estratégicas do Agreste pernambucano, destaca-se por sua relevância socioeconômica e geográfica no contexto estadual. Além disso, é importante destacar a facilidade de escoamento da produção agrícola, uma vez que a região é atravessada por duas importantes rodovias federais brasileiras: a BR-232, que conecta o Sertão ao Vale do São Francisco, e a BR-104, que permite o fluxo de pessoas a diversas feiras e mercados livres em buscas de mercadorias para abastecer às principais cidades e capitais do litoral e interior nordestino.

Por esse motivo, destaca-se a importância histórica das conquistas obtidas por meio da ocupação da Fazenda Normandia, com área de 556,8933 hectares, realizada em 1º de maio de 1993. De acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MAPA/INCRA, 2025), a legalização definitiva do perímetro do assentamento ocorreu em 22 de outubro de 1997, com o assentamento de 41 famílias. Por outro lado, as forças contrárias à Reforma Agrária recorreram ao Poder Judiciário por meio de ações de reintegração de posse em favor do antigo proprietário, com o objetivo de viabilizar o despejo das famílias acampadas na área.

O Assentamento Normandia é atualmente um laboratório de experiências voltado a alavancar a produção e a cooperação agrícola em Pernambuco. Destacam-se, nesse contexto, as atividades de capacitação promovidas pelo Centro de Formação Paulo Freire e os avanços na agroindústria, especialmente com o milho crioulo. O beneficiamento desse grão resulta no Cuscuz de Normandia, produto que detém o selo orgânico do Ministério da Agricultura e Pecuária e possui reconhecimento de renomados institutos de pesquisa do estado. Por meio de visitas de universidades chinesas e organismos internacionais, o assentamento busca consolidar convênios para a transferência de tecnologias sustentáveis

tais recursos visam impulsionar tanto a agroecologia quanto a produção agropecuária de pequeno porte.

Conforme ilustrado na Figura I (IBGE, 2022), o assentamento, delimitado pelo polígono em destaque, está situado às margens da BR-104, o que reforça sua posição estratégica para a logística e o transporte da produção local.

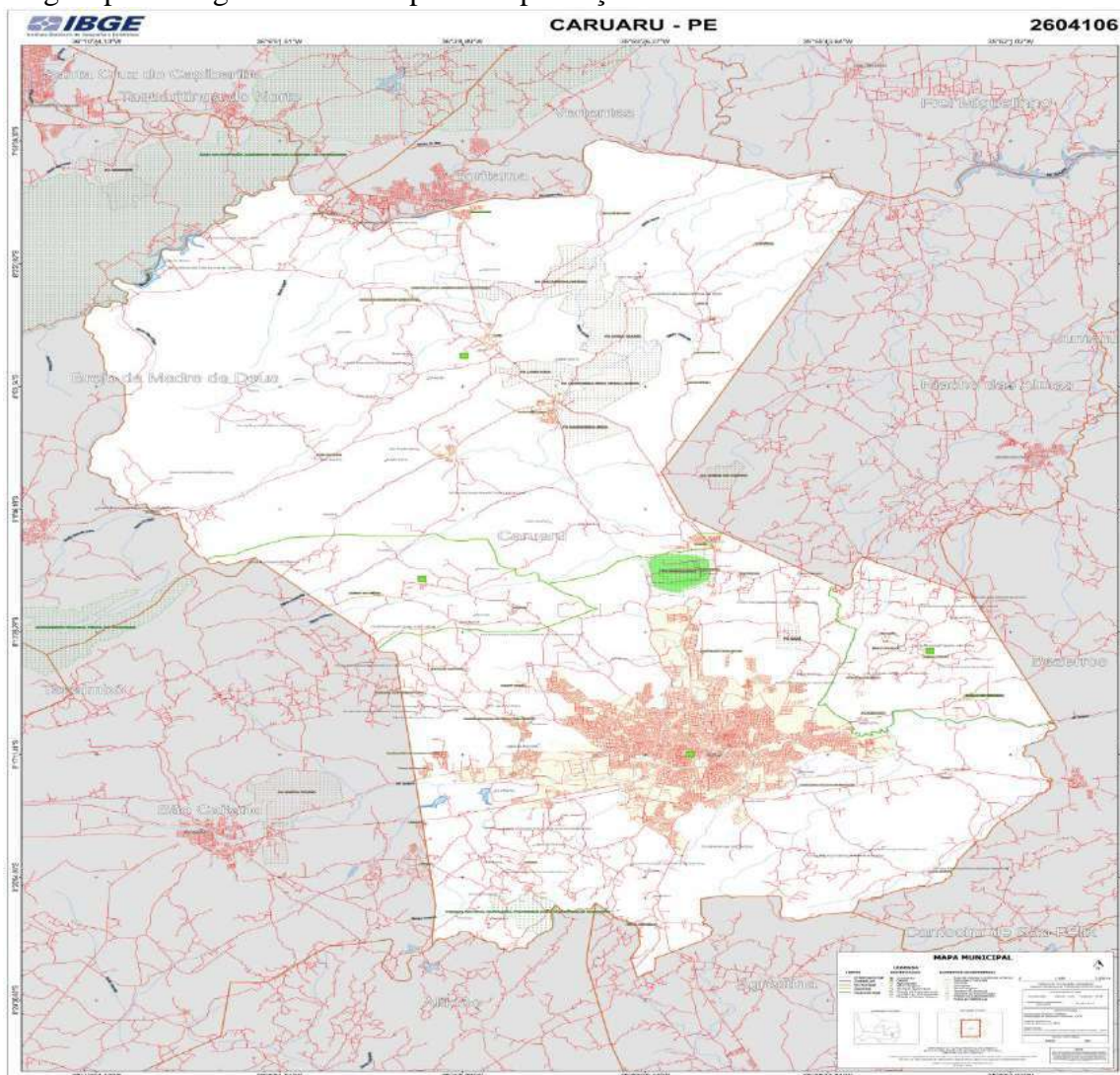


Figura I – Mapa do município de Caruaru-PE – Assentamento Normandia

Convém registrar que, durante o período de ocupação os assentados enfrentaram inúmeros conflitos e mobilizações incluindo lutas, caminhadas, manifestações e até greves de fome com o objetivo de reivindicar o assentamento definitivo das famílias na Fazenda Normandia. Por outro lado, as forças contrárias à Reforma Agrária recorreram ao Poder Judiciário por meio de ações de reintegração de posse em favor do antigo proprietário, com

o objetivo de viabilizar o despejo das famílias acampadas na área conforme relatado por Amorim (MST/PE, 2024).

16. Centro de Formação Paulo Freire

Localizado no Assentamento Normandia, em Caruaru–PE, e criado em 1998, o Centro de Formação Paulo Freire tem se dedicado, desde sua origem, à educação popular, à formação de professores, à capacitação de coordenadores e, sobretudo, à promoção e compreensão do processo de formação para a transição agroecológica, a educação ambiental e a valorização cultural. Nesse novo modelo, conforme registros do MST (2019), o próprio INCRA orientou o movimento a utilizar a antiga casa-se de da fazenda — onde atualmente funciona o centro — para fins coletivos, especialmente voltados à capacitação dos assentados do estado de Pernambuco.

Atualmente, o Centro de Formação Paulo Freire destaca-se por sua capacidade de articular e integrar diversos setores da sociedade civil organizada. Além de atender ao público vinculado à Reforma Agrária, incluindo acampados e assentados(as), o espaço também acolhe entidades nacionais e internacionais, partidos políticos, centrais sindicais, movimentos sociais, povos originários, comunidades quilombolas, instituições religiosas, universidades, estudantes, professores e pesquisadores.

Dessa forma, o objetivo central dessas articulações consiste em promover uma análise crítica das lutas dos trabalhadores em prol do Projeto de Reforma Agrária Popular. Isso possibilita a compreensão e o enfrentamento dos conflitos existentes tanto no meio rural quanto no urbano, em diferentes regiões da América Latina, África e Ásia. Nesse horizonte, sobressai a atuação da Via Campesina, organização internacional que se configura como um espaço de resistência em defesa dos direitos humanos, do fortalecimento da produção camponesa e da promoção de uma alimentação saudável. Trata-se de uma construção coletiva voltada à formulação de alternativas sociais e políticas comprometidas com a justiça social e a solidariedade internacional.

O Centro conta ainda com uma área coletiva de 15 hectares destinada ao desenvolvimento de processos formativos de natureza política e cultural, além de produção coletiva para sua autossustentação. Em função dessa estrutura, o Assentamento Normandia destaca-se como um território de diálogo e intercâmbio, dispondo de infraestrutura capaz de integrar experiências nos campos da agroecologia, da educação e da organização técnica, abrangendo desde a produção até a vivência social.

Adicionalmente, o Centro configura-se como um espaço de acolhimento de expressões culturais de diversas regiões do país, atuando como um laboratório de práticas cooperativas e ambientais. Nesse ambiente, saberes populares e conhecimentos científicos articulam-se para construir alternativas socialmente justas e ecologicamente responsáveis. Sob essa ótica, o Centro inspira a relação entre teoria e prática, utilizando também redes sociais e canais de comunicação para fomentar as lutas cotidianas e os ideais de solidariedade. Ao articular o trabalho técnico-profissional com a cultura, destaca-se a reflexão de Gramsci (2010, p. 15):

[...] o vínculo entre a organização do trabalho e a organização da cultura representa a nova “cultura profissional”, a nova preparação técnica e profissional necessária para a mão de obra (desde o trabalhador especializado até o administrador), para esta controlar e dirigir o desenvolvimento industrial e também a nova sociedade que esse desenvolvimento, inevitavelmente, cria. (GRAMSCI, 2010).

Como resultado concreto dessas iniciativas, que unem o trabalho intelectual ao manual, evidenciam-se a participação coletiva em atividades de manutenção, limpeza, mística, ciranda infantil e qualificação profissional. Destaca-se a implantação da cooperação agrícola, exemplificada pela criação de uma mandala de hortaliças destinada ao consumo diário do Centro.

Nessa perspectiva, a prática cooperativista impulsiona a criação de agroindústrias, como a unidade de beneficiamento de milho que produz o fubá livre de transgênicos, comercializado sob a marca “Normandia”. Outros produtos, como a mandioca, são processados para a fabricação de bolos, farinhas e féculas. Conforme o jornal *Brasil de Fato* (2019), o local dispõe de uma infraestrutura ampla, composta por 52 alojamentos, salas de aula, auditório para 700 pessoas, centro comunitário, quadra esportiva, academia pública, creche e refeitório.

Além disso, centenas de camponeses de diversas regiões de Pernambuco — Zona da Mata, Agreste, Litoral e Sertão — participam das cooperativas, comercializando produtos agroecológicos em feiras livres, mercados e escolas. Esses alimentos atendem a aproximadamente 400 escolas públicas em 20 municípios. Como fruto desse esforço, o assentamento alcança uma produção anual expressiva, estimada em 100 toneladas de carnes e mais de 200 toneladas de raízes e tubérculos.

Em 2019, o Centro enfrentou um processo de reintegração de posse. Segundo o movimento, a ação visava desestimular a organização popular e fragmentar a unidade das famílias. A ordem de reintegração, solicitada pelo INCRA na época, gerou grande

repercussão na imprensa local e nacional, sendo noticiada como uma ameaça a um importante espaço de formação do MST.

Portanto, o Assentamento Normandia apresenta características singulares de resistência frente às pressões contrárias à Reforma Agrária. Mesmo diante de desafios, mantém o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a produção agroecológica e a formação política, consolidando a educação ambiental como um instrumento de transformação social.

17. As sementes crioulas como base da agricultura

Para o MST (2025), “as sementes são um patrimônio dos povos da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico e tecnológico, nem cobrança de royalties”. As sementes crioulas são formas de ampliar a produção nos assentamentos de reforma agrária para poder sair do monopólio das multinacionais produtoras e concentradoras de sementes transgênicas.

Para isso, o MST por meio de seus assentamentos tem como objetivo preservar, multiplicar e, ao mesmo tempo, socializar as sementes crioulas essas sementes devem ser reproduzidas em áreas de assentamentos que passaram por processos de degradação do solo, além disso, não se trata apenas de sementes voltadas à produção agrícola para a alimentação. Por outro lado, é necessário o cultivo de espécies de sementes destinadas ao reflorestamento, contribui para a recuperação das florestas nativas e para a preservação da biodiversidade dos biomas. Da mesma forma, busca-se a recuperação de áreas de nascentes, o que favorece a revitalização dos rios presentes nos assentamentos.

O processo de preservação e proteção das sementes nativas (crioulas) constitui-se como uma prática estratégica para a produção de alimentos saudáveis tanto para as futuras gerações como também para desvincular do uso de agrotóxicos. Tal prática representa não apenas uma forma de defesa da soberania alimentar, mas também um mecanismo de afirmação da soberania do território na medida em que garante o controle social sobre a produção a conservação a multiplicação de sementes e mudas nativas frutíferas e alimentares para os camponeses de modo geral como ao público assentados da Reforma Agrária.

Compreende-se, que a organização da produção de alimentos nos assentamentos fundamenta-se na adoção de práticas agroecológica orientadas por uma agricultura saudável isenta de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas. Entretanto, esse

desafio mostra-se central para a organização da produção e da comercialização uma vez que ambas se estruturam a partir de múltiplas formas de cooperação agrícola.

Assim, busca-se não apenas atender às demandas do crescimento produtivo, mas também consolidar um modelo de desenvolvimento voltado à cultura do campo, pautado nos princípios da agroecologia, da defesa ambiental e da diversificação produtiva, elementos essenciais para a promoção da soberania da segurança alimentar e nutricional das comunidades assentadas.

Para tanto, a organização da produção agropecuária e agroindustrial deve ser compreendida como um processo estratégico, capaz de promover a inclusão de toda a força de trabalho disponível nos assentamentos torna-se fundamental assegurar a participação ativa de diferentes segmentos sociais, tais como os jovens, a população LGBT+, as mulheres e os idosos, de modo a fortalecer a diversidade, a equidade e a justiça social no âmbito das práticas produtivas.

Ao analisar o documento intitulado Programa de Reforma Agrária Popular do MST (2025), verifica-se a necessidade de articular de forma consistente o processo de organização da produção e da comercialização com a criação e o fortalecimento de instituições capazes de viabilizar a certificação dos produtos orgânicos oriundos da agricultura camponesa para avançar no processo de agroecologia.

Neste viés, é fundamental ter a certificação orgânica a mesma, não deve ser compreendida apenas como um procedimento técnico ou mercadológico, mas, sobretudo, como um instrumento político de afirmação da agricultura camponesa e de consolidação da soberania alimentar. Além disso, seu fortalecimento está intrinsecamente relacionado às políticas públicas voltadas à agricultura familiar uma vez que possibilita ampliar os mecanismos de acesso a mercados diferenciados, estimular a diversificação a criação de redes de comercialização solidária, armazém do campo, pois esses mecanismos configuram-se como estratégias essenciais não apenas para a transição agroecológica produtiva e garantir o reconhecimento social e econômico das famílias assentadas. Busca-se, igualmente, estabelecer relações diplomáticas com órgãos estatais, a fim de exigir políticas públicas capazes de atender às necessidades das famílias assentadas da Reforma Agrária. Paralelamente, faz-se necessário ampliar o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além de incentivar projetos voltados à cultura e à formação técnica em agroecologia. (MST, 2025).

Fortalecer a ciência, pesquisa e estudo com base na produção da agricultura camponesa e familiar, através do fortalecimento da atuação das universidades,

Institutos Federais, da extensão rural, da pesquisa e das escolas de agroecologia, desenvolver centros de pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades agrícolas, a produção de alimentos, agroindústrias e a conservação ambiental. (MST, 2025, p. 59).

Diante desse cenário, os beneficiários da Reforma Agrária são desafiados a constituir uma verdadeira força-tarefa voltada à regeneração dos ecossistemas, por meio de práticas de manejo sustentável e da adoção de técnicas que favoreçam a recuperação ambiental e, simultaneamente, a melhoria da produção agrícola.

Por esse motivo, de acordo com o (MST 2025, p. 58), a necessidade de “desenvolver diferentes formas de produção de energia, adequadas aos biomas e aos sistemas alimentares, como criação de animais e o reuso dos resíduos, para o avanço das forças produtivas com justiça social e ambiental”. Para tanto, afirma o, (MST 2025, p. 59).

Desenvolver programas de soberania energética, cooperados, públicos e descentralizados, em todas as comunidades rurais do país, com base em fontes alternativas, como vegetais não alimentícios, energia solar, hídrica, eólica. Construir um novo modelo de mineração pautado na justiça ambiental e social, em benefícios das comunidades e de todo o povo. (MST, 2025, p. 59).

Para compreender o processo de desenvolvimento em sua totalidade, bem como a política de segurança energética e alimentar associada à proteção do meio ambiente, é necessário considerar a perspectiva do (MST 2025), enquanto organização social cuja estratégia central é a luta pela reforma agrária.

Um dos grandes dilemas da atualidade refere-se à concentração das políticas de incentivo à produção de equipamentos técnicos e máquinas agrícolas, que permanecem sob o domínio do capital tecnológico e, em grande medida, beneficiam apenas as grandes propriedades voltadas ao agronegócio. Tal dinâmica acaba por excluir as famílias camponesas, que permanecem à margem do acesso a essas tecnologias. Nesse sentido, o MST (2025) ressalta que, no âmbito de suas políticas de incentivo ao processo de reindustrialização, é imprescindível que as iniciativas públicas estejam orientadas para as demandas da classe trabalhadora assentada. Isso implica investir na produção de máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas adequados às necessidades específicas das comunidades, de modo a assegurar não apenas a eficiência produtiva, mas também o bem-estar de camponeses e trabalhadores rurais, respeitando as diversidades regionais e culturais. Outro dilema diz respeito à concentração do conhecimento científico e tecnológico, que limita o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos. Tal processo manifesta-se, sobretudo, na privatização do saber por meio da propriedade intelectual e do patenteamento de sementes, animais e recursos naturais. Em contraposição,

o (MST 2025, p. 60) “defende que a biodiversidade e os sistemas socioprodutivos podem potencializar a articulação entre a agroecologia e os conhecimentos tradicionais, fundamentados na sociobiodiversidade e nos saberes milenares dos povos”.

18. O Estado à política agrícola a serviço do povo.

Outro grande impacto que incide sobre a pequena agricultura, em especial sobre as famílias vinculadas aos programas de Reforma Agrária, refere-se ao enfrentamento da disputa no mercado capitalista, tanto em nível nacional quanto internacional. Nesta perspectiva, destaca-se a necessidade de políticas públicas que assegurem instrumentos agrícolas adequados e preços justos, de modo a garantir a comercialização, a continuidade da produção e, conseqüentemente, a sustentação econômica e social das comunidades assentadas e das famílias camponesas tradicionais. (MST, 2025).

De acordo com essa demanda, outro grande desafio é a permanência dessas famílias e a continuidade do projeto de reforma agrária no campo. Tendo em vista quatro décadas da permanência do MST na organização e na disputa da luta pela terra e associado a seu plano de Reforma Agrária Popular, sua permanência é a garantia de jovens no campo e ao mesmo tempo o incentivo ao acesso à educação básica, infantil, fundamental, médio, educação de jovens e adultos, na construção de uma dimensão pública, de qualidade, social, comprometida com os princípios da solidariedade, bem como na transformação político pedagógico:

Garantir que o Projeto Político Pedagógico das escolas seja construído com a participação da comunidade escolar, com os princípios da educação do MST e as práticas agroecológicas, contextualizado pelas realidades socioculturais dos biomas, respeitando a diversidade étnico-racial, sexual e de gênero. (MST 2025, p. 62).

O projeto político-pedagógico do MST está intrinsecamente articulado ao processo de luta pela Reforma Agrária e à defesa da soberania alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo, assegura a formação integral dos indivíduos, na compreensão das nuances do sistema capitalista, da alienação no mundo do trabalho, da exploração da força de trabalho e do processo histórico de acumulação e apropriação da propriedade privada. Essa última, por sua vez, constitui-se como instrumento de concentração de riquezas e, simultaneamente, como fator que intensifica a miséria e a fome tanto no meio rural quanto no urbano.

Todavia outro aspecto importante para o desenvolvimento da capacidade intelectual é a cultura a arte do campo, esses instrumentos são capazes de acordo com o (MST 2025, p. 64), “valorizar os saberes locais, das culturas tradicionais de cada região, dos mestres e

mestras sejam elas as culturas ligadas às práticas agrícolas, mas também às artes, à medicina popular, a culinária e às festividades como elementos da identidade”. Para melhor inserir a arte e a cultura como instrumento de conhecimentos é importante “garantir o acesso a tecnologia popular, que não gere dependência dos grandes centros e democratize os meios de comunicação, a produção artística, e que consiga criativamente integrar essas inovações com a tradição”. (MST 2025, p. 65). Entretanto, com esses instrumentos possam ter outras formas de garantir a diversidade cultural nas comunidades assentadas na integração com novas tradições, para o fortalecimento cultural e artístico em todos os rincões do Brasil. Para isso, o (MST 2025, p. 65), propõe:

Desenvolver uma política permanente de estímulo e fortalecimento da produção cultural no campo que valorize a identidade camponesa permita acesso e forme agentes da cultura popular no intuito de geração de renda, pelo princípio da arte e a cultura enquanto direitos inalienáveis do ser humano, desde a literatura, a culinária, o teatro, a dança, e tantas outras linguagens humanizadoras e emancipatórias. (MST 2025, p. 65).

Para tanto, torna-se essencial articular, em conjunto com os diferentes segmentos do Estado, políticas de apoio que ampliem e consolidem os espaços destinados às atividades artísticas no meio rural. Esses espaços incluem centros culturais, armazéns do campo, feiras da Reforma Agrária, participação no esporte como a olimpíada da Reforma Agrária e manifestações públicas, como marchas e caminhadas em defesa da Reforma Agrária. Ao integrar a produção artística e cultural com a valorização das culturas alimentares, promove-se também a comunicação que reconhece e fortalece os saberes e fazeres do campo. De certa forma, constitui-se como ferramenta de resistência simbólica e política frente ao modelo dominante da cultura industrial e mercantilizada. De maneira complementar, é imprescindível garantir o fortalecimento da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida das comunidades assentadas. Isso envolve assegurar o acesso a uma alimentação saudável e nutritiva, bem como políticas de promoção da saúde mental, em consonância com o Programa de Saúde Pública Universal do Sistema Único de Saúde (SUS).

A articulação entre cultura, alimentação e saúde reflete uma perspectiva de soberania alimentar e nutricional. Portanto é necessário, reforço na educação popular e a formação crítica dos sujeitos no campo. Para que possa promover sua autonomia e participação ativa na construção de políticas públicas e na consolidação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo (MST, 2025, p. 67). Para tanto ao concluir o (MST 2025, p. 71) defende que a soberania alimentar e nutricional esta associada “a

soberania tecnológica, por meio da qual as informações dadas, produzidas e pertencentes à população brasileira estarão sob controle destas”.

19. Considerações finais

Ao aprofundar essa análise, observa-se que o crescimento das indústrias e a expansão urbana, aliados à expropriação de territórios e à intensa exploração da natureza bem como ao avanço da mecanização no campo, têm gerado impactos ambientais severos. Práticas como o desmatamento, as queimadas, o desgaste do solo e o uso indiscriminado de agrotóxicos contribuem para a degradação dos ecossistemas e para a vulnerabilidade da saúde humana.

Nesse exemplo, o projeto do MST e suas políticas voltadas à Reforma Agrária assumem um papel estratégico, ao promover à produção agroecológica, a preservação da biodiversidade, a regeneração ambiental, permite que a vegetação e os ecossistemas se recuperem espontaneamente, geralmente estimula condições favoráveis, como proteção contra queimadas ou controle de espécies invasoras para o processo de sustentabilidade dos assentamentos.

Neste sentido busca-se a integração entre soberania alimentar, preservação ambiental, formação crítica e inclusão social demonstram que a luta pela terra não se limita à ocupação física, mas se configura como um projeto abrangente de resistência socioambiental e de transformação estrutural, capaz de mitigar os efeitos negativos do modelo produtivo hegemônico e assegurar um desenvolvimento rural de desenvolvimento justo.

Nesse cenário, as mudanças climáticas agravam ainda mais os desafios relacionados à segurança alimentar, uma vez que o aumento da temperatura global estimado em 1,5 °C até 2030 e 2 °C até 2050 afeta diretamente a produtividade agrícola, a área cultivável, a proliferação de pragas e o preço dos alimentos. Esses efeitos comprometem não apenas o abastecimento alimentar, mas também dificultam a erradicação da pobreza e da desigualdade social, impactos já perceptíveis considerando-se o aumento atual da temperatura global entre 1,1 °C e 1,2 °C (MASSON-DELMOTTE et al., 2022; ALPINO et al., 2022; SHUKLA et al., 2022).

Nesse modelo, o MST assume um papel estratégico ao articular e práticas agroecológicas, produção sustentável, preservação ambiental e formação crítica dos sujeitos no campo. Ao promover a agricultura camponesa, a valorização de saberes tradicionais, à soberania alimentar e a inclusão social de jovens, mulheres e minorias, o

movimento contribui para mitigar os impactos do modelo produtivo hegemônico e das mudanças climáticas. Assim, a luta pela Reforma Agrária se apresenta não apenas como uma reivindicação pelo acesso a terra, mas como um projeto integral de transformação social, ambiental e econômica, capaz de assegurar justiça social, sustentabilidade e resiliência às comunidades rurais frente aos desafios contemporâneos.

Diante desses desafios, tornam-se fundamentais a implementação de políticas públicas eficazes que promovam o aprimoramento tecnológico nos sistemas agroecológicos essa iniciativa contribuirá de forma significativa para o fortalecimento das cooperativas de produção agropecuária, onde resulta na ampliação da produtividade nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Adverte-se, que o investimento em tecnologias adequadas ao contexto agroecológico não apenas impulsiona a produção, mas também fortalece a autonomia dos agricultores assentados e promove o desenvolvimento sustentável no meio rural.

Os textos analisados demonstram que o MST, enquanto movimento social e organização política articulam de forma estratégica a luta pela Reforma Agrária e Popular com práticas voltadas à soberania alimentar, à agroecologia e ao desenvolvimento econômico do meio rural. O conjunto de ações desenvolvidas desde a preservação e multiplicação de sementes crioulas, passando pelo fortalecimento da produção e comercialização camponesa, até a certificação orgânica e o incentivo à agroindústria local evidencia uma abordagem integrada que busca não apenas assegurar a produção de alimentos saudáveis, mas também consolidar a autonomia dos assentamentos.

A dimensão pedagógica e formativa do MST fundamenta-se em princípios da educação popular e da base marxista, revela-se essencial para a compreensão crítica do sistema capitalista, da exploração do trabalho e da concentração da propriedade. Nesse ensejo, o projeto político-pedagógico do movimento promove a construção de identidade coletiva, pertencimento comunitário e participação ativa na tomada de decisões, fortalece a organização social, a cooperação agrícola e a inclusão de jovens, mulheres, idosos e da população LGBTQ+ nos processos produtivos e culturais.

Por fim, a articulação entre educação, cultura, saúde, tecnologia acessível ao processo de produção alimentar saudável, reforça a concepção de desenvolvimento rural sustentável e integrado. O incentivo à produção agroecológica, à diversificação produtiva à valorização das práticas culturais camponesas, aliado ao acesso a políticas públicas de saúde, crédito rural, assistência técnica e extensão, constitui um modelo de fortalecimento

das comunidades assentadas e de resistência aos impactos do agronegócio e da exploração da natureza.

20. Referências Bibliográficas.

ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. da (eds.). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (p 361) Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/124265> . Acesso em: 26 jun. 2025.

ALMEIDA, Janailson Santos de. As relações de cooperação com a China e a mecanização da agricultura familiar brasileira: o caso do MST. **Revista IDEAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, e025014, jan./dez. 2025. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/514>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BALDUÍNO, Tomás. Prefácio. In: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

BATISTA, Erika; ROCHA, Herivelto Fernandes. Agroecologia, tecnologias sociais e estratégias sociotécnicas para o desenvolvimento da agricultura familiar de reforma agrária no Brasil. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; FONSECA, Francisca (coord.). **Temas intangibles sobre el medio ambiente en América Latina: libro memoria XXXII Congreso ALAS Perú 2019**. 1. ed. digital. Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2021. p. 171-185. Disponível em: <http://sociologia-alas.org/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL DE FATO (BDF). Caso Braskem: um crime silenciado que não consegue esconder as rachaduras; o povo implora por direitos básicos e dá respostas para a reconstrução de Maceió, apesar do descaso da mineradora. Maceió, AL, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/03/caso-braskem-um-crime-silenciado-que-nao-consegue-esconder-as-rachaduras/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. Justiça suspende reintegração de posse do Centro Paulo Freire, em Caruaru (PE). Brasil de Fato, São Paulo, 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/16/justica-suspende-reintegracao-de-posse-do-centro-paulo-freire-em-caruaru-pe> . Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm . Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília,

DF, 16 nov. 2006. p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 16 nov. 2006. p. 3. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/leis/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional: subsídios da CAISAN para a discussão sobre a Lei nº 11.346/2006. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha_lei_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Joaquim Nabuco. *Antonio Gramsci*. Coordenação executiva: Carlos Alberto Ribeiro de Xavier; Isabela Cribari. Comissão técnica: Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente) [et al.]. Revisão de conteúdo: Carlos Alberto Ribeiro de Xavier [et al.]. Secretaria executiva: Ana Elizabete Negreiros Barroso; Conceição Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do. Reforma agrária e meio ambiente. Documento Especial. Fórum Social Mundial, São Paulo, 2003. isa@socioambiental.org.

FAO. *O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo 2025 – SOFI 2025*. Relatório lançado durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS+4), Adis Abeba, Etiópia, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e desenvolvimento do MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. I. A situação no campo brasileiro, as transformações recentes na agricultura brasileira. Caderno de Formação, n. 30. São Paulo: Edição Gráfica e Editora Peres, 1998. 63 p. Diagramação: Zenaide Bussanello.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, p. 28. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27–38, jan./mar. 2006.

GUTERRES, Ivani (org.). Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GOMES JÚNIOR, J. A.; BRAGA JÚNIOR, A. J.; MILLA DOS SANTOS SENHUK, A. P. Composição florística e diagnose ambiental de um fragmento florestal de Cerrado na bacia hidrográfica do Rio Uberaba. *Scientia Plena*, v. 18, n. 10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14808/sci.plena.2022.102401>. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa do município de Caruaru – PE.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=613761&view=detalhes>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IBGE, Censo Agropecuário, 2017, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html>. Acesso em 23 de agosto de 2025.

IPBES/UNEP. Relatório global sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos: resumo para formuladores de políticas. Bonn: IPBES, 2019. Disponível em: <https://ipbes.net/global-assessment> . Acesso em: 25 jun. 2025.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 4. (Antropologia social). Disponível em: <https://petarquiteturafmg.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/laraia-cultura-um-conceito-antropolc3b3gico.pdf> . Acesso em: 14 out. 2024.

MAPBIOMAS; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Programa de Reforma Agrária Popular: cartilha.* Coletivo sistematizador: Barbara Loureiro, Débora Nunes, Divina Lopes, Geraldo Gasparino, Jailma Lopes, João Pedro, Miguel Stédile, Neuri Rossetto, Rosana Fernandes. São Paulo: MST, jan. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). O Centro de Formação Paulo Freire é Patrimônio Popular! Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 7 set. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/07/o-centro-de-formacao-paulo-freire-e-patrimonio-popular/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Programa de Reforma Agrária Popular: cartilha.* Coletivo sistematizador: Barbara Loureiro, Débora Nunes, Divina Lopes, Geraldo Gasparino, Jailma Lopes, João Pedro, Miguel Stédile, Neuri Rossetto, Rosana Fernandes. São Paulo: MST, jan. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em 23 de ago. 2025.

NOVAES, Henrique. **A educação ambiental anticapitalista:** produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. In: GUTERRES, Ivani (Org.). *Produção destrutiva e agroecológica.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 224.

NOVAES, Henrique. **A educação ambiental anticapitalista:** produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. In: MÉSZÁROS, István. *Contribuições do marxismo do século XXI para a questão ambiental e para a educação ambiental anticapital.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 59-70

PCC; PNUMA. **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.** Criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Relatório Síntese do AR6. 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf?ref=urgetcollective.com. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo – desafios globais e a fome no Brasil: população e clima. Estudos Avançados, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 183, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37109.012>. Acesso em: 26 jun. 2025.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012. Texto da contracapa: Sebastião Salgado.

TAVARES, Edson Diogo; SIQUEIRA, Edmar Ramos de; SILVA, Marcos Aurélio Santos da. Agricultura e uso sustentável dos recursos naturais dos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. In: ALBUQUERQUE, Ana Christina Sagebin; SILVA, Aliomar Gabriel da (ed. téc.). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. cap. 1, p. 601.

TERTO, Freire, Francisco. Centro de Formação Paulo Freire: experiências formativas do MST: trabalho como manifestação histórica e princípio educativo, 2016-2021. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1f7536a0-9b7e-45e7-9a1f-b65fcf948026/content>. Acesso em: 5 jul. 2025.

UNESCO. Relatório sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/relatorio-meio-ambiente-2023>. Acesso em: 25 jun. 2025.